

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BARBARA DE LIMA VOSS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ENTIDADES PREMIADAS PELA  
ADVB/SC DO ANO DE 2006 (SEGUNDO ALGUNS INDICADORES)**

FLORIANÓPOLIS - SC  
2007

BARBARA DE LIMA VOSS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ENTIDADES PREMIADAS PELA  
ADVB/SC DO ANO DE 2006 (SEGUNDO ALGUNS INDICADORES)**

Monografia submetida à Universidade  
Federal de Santa Catarina para obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor M.Sc. Flávio da Cruz.

FLORIANÓPOLIS - SC

2007

BARBARA DE LIMA VOSS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ENTIDADES PREMIADAS PELA ADVB/SC NO  
ANO DE 2006 (SEGUNDO ALGUNS INDICADORES)**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de \_\_\_\_\_, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo:

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Elisete Dahmer Pfitischer  
Coordenadora de Monografia, Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

---

Prof. M.Sc. Flávio da Cruz (Orientador)  
Sub-Chefe do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Elisete Dahmer Pfitischer  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Valdirene Gasparetto  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

FLORIANÓPOLIS – SC  
2007

## RESUMO

VOSS, Barbara de Lima. **Responsabilidade Social das Entidades Premiadas pela ADVB/SC no ano de 2006 (segundo alguns indicadores)**. Florianópolis, 2007. 100 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

O proposto trabalho tem como objetivo analisar as entidades premiadas pela Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil (ADVB/SC) relativo à responsabilidade social corporativa, por meio de suas publicações contábeis obrigatórias ou voluntárias e por outras informações divulgadas pelas entidades. Dessa forma, busca-se entender como as relações entidade e sociedade, riqueza e distribuição, valorização do ser humano e lucratividade, afetam essas entidades. Discute-se, no referencial teórico do trabalho, a responsabilidade, os direitos universais do homem, o emprego e cidadania, renda e receita, ética, entidade ética, usuários, responsabilidade social corporativa, demonstrações contábeis obrigatórias, balanço social, demonstração de valor adicionado e necessidades humanas. A metodologia aplicada é dividida em três categorias, a primeira refere-se aos objetivos, definida como descritiva, a segunda categoria é quanto aos procedimentos metodológicos, nos quais caracterizada como uma pesquisa bibliográfica e documental, terceira quanto à abordagem do problema, determinada como qualitativa. A trajetória metodológica divide-se em três etapas, sendo a primeira a fundamentação teórica, seguido da coleta de dados e por fim a análise dos dados. As ferramentas contábeis chamadas de balanço social e demonstração de valor adicionado surgiram para expor dados sociais e ambientais pouco explorados pelas empresas em padrões compreensíveis pelos usuários. A cada instante um usuário requer mais explicitamente o papel social e ambiental das entidades, assim, os usuários são importantes para impulsionar o avanço das entidades rumo a sustentabilidade empresarial. Considera-se que de formas distintas que poucas entidades buscam repassar suas ações sócio-ambientais não somente por meio de concursos, eventos e premiações, mas também por relatórios ou demonstrativos contábeis não obrigatórios como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social corporativa. Balanço Social. Demonstrativo do Valor Adicionado. Sustentabilidade Empresarial. Indicadores de Responsabilidade Social.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - A hierarquia das necessidades de Maslow	53
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ética do Lucro	21
Quadro 2 - Algumas definições do conceito de <i>stakeholder</i>	23
Quadro 3 - Definições de responsabilidade social	25
Quadro 4 - DVA proposto pela FIPECAFI	29
Quadro 5 - Balanço Social - as quatro vertentes	31
Quadro 6 - Necessidades Sociais de Santa Catarina	35
Quadro 7 - Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999	39
Quadro 8 - Entidades ADVB/SC 2006	41
Quadro 9 - Projetos das entidades premiadas ADVB/SC	45
Quadro 10 - Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial	55
Quadro 11 - Indicadores de Hopkins de responsabilidade social empresarial	57
Quadro 12 - Indicadores do Instituto IBASE de responsabilidade social empresarial	59
Quadro 13 - Análise do Indicador Valores e Transparência das entidades pesquisadas	60
Quadro 14 - Análise do Indicador Público Interno das entidades pesquisadas	61
Quadro 15 - Análise do Indicador Meio Ambiente das entidades pesquisadas	61
Quadro 16 - Análise do Indicador Fornecedores das entidades pesquisadas	61
Quadro 17 - Análise do Indicador Consumidores/Clientes das entidades pesquisadas	62
Quadro 18 - Análise do Indicador Comunidade das entidades pesquisadas	62
Quadro 19 - Análise do Indicador Governo e Sociedade das entidades pesquisadas	62
Quadro 20 - Análise do Indicador Legitimidade das entidades pesquisadas	63
Quadro 21 - Análise do Indicador Responsabilidade Pública das entidades pesquisadas	63
Quadro 22 - Análise do Indicador Arbítrio dos Executivos das entidades pesquisadas	63
Quadro 23 - Análise do Indicador Percepção do Ambiente das entidades pesquisadas	64
Quadro 24 - Análise do Indicador Gerenciamento dos <i>Stakeholders</i> das entidades pesquisadas	64
Quadro 25 - Análise do Indicador Administração de Questões das entidades pesquisadas	64
Quadro 26 - Análise do Indicador Efeitos nos <i>Stakeholders</i> Internos das entidades pesquisadas	65
Quadro 27 - Análise do Indicador Efeitos nos <i>Stakeholders</i> Externos das entidades pesquisadas	65
Quadro 28 - Análise do Indicador Efeitos Institucionais Externos das entidades pesquisadas	65
Quadro 29 - Análise dos Indicadores Sociais Internos das entidades pesquisadas	66
Quadro 30 - Análise dos Indicadores Sociais Externos das entidades pesquisadas	66
Quadro 31 - Análise dos Indicadores Ambientais das entidades pesquisadas	67
Quadro 32 - Análise dos Indicadores do Corpo Funcional das entidades pesquisadas	67
Quadro 33 - Análise do Indicador Informações Relevantes das entidades pesquisadas	67
Quadro 34 - Resumo dos Indicadores atingidos por cada entidade	68

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>6</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA	8
1.2 OBJETIVOS	9
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 METODOLOGIA	10
1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA	12
1.6 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	13
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>14</b>
2.1 RESPONSABILIDADE	14
2.2 DIREITOS UNIVERSAIS DO HOMEM	15
2.3 REPRESENTATIVIDADE DO EMPREGO RUMO À CIDADANIA	17
2.4 ENTIDADE ÉTICA	20
2.5 USUÁRIOS	22
2.6 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	24
2.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS	26
2.8 BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO	28
<b>3 NORMAS CONTÁBEIS E ENTIDADES PESQUISADAS</b>	<b>32</b>
3.1 NECESSIDADES SOCIAIS E NORMAIS CONTÁBEIS	32
3.2 APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS	40
<b>4 ANÁLISE DAS ENTIDADES</b>	<b>53</b>
4.1 APLICAÇÃO DOS INDICADORES	54
4.2 RESUMO DOS DADOS OBTIDOS NAS ENTIDADES	68
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS</b>	<b>70</b>
5.1 QUANTO À PROBLEMÁTICA	70
5.2 QUANTO AOS OBJETIVOS	70
5.3 QUANTO A RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	72
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>74</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>82</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O diferencial estratégico competitivo está nas práticas de gestões modernas, capazes de gerar boa visão aos usuários. Independente da intenção, elas conseguem espaço, novos mercados, e atração de investimentos altamente exigidos para uma empresa continuar atuando. Assim, as entidades sociais, bem como as privadas, que procuram mostrar suas atuações sociais de forma moralmente correta e que divulgam transparentemente as ações empreendidas têm maior possibilidade de se tornarem admiradas e respeitadas, elevando seu nível de reputação.

Os procedimentos sistematizados da contabilidade ultrapassam o registro e a natureza econômica das operações. A divulgação dessas ações pelas entidades através dos procedimentos é o que mostra o seu papel social ou não, e é fundamental que os contabilistas tenham consciência do trabalho social na evidenciação das atitudes sociais das entidades que representam.

A responsabilidade social evidente em divulgações recentes leva a pensar sobre o que são realmente essas palavras para uma entidade. Assim qualquer entidade que divulgar suas ações sociais por meio dos demonstrativos contábeis habituais ou pelo balanço social estaria adotando uma atitude consciente e respeitável.

## 1.1 Tema e problema

As iniciativas social e ambiental são dignas de prêmios por promover ações no intuito de pulverizar essas práticas diante de uma sociedade tão carente de boas intenções. Entidades com fins lucrativos que tenham sua estabilidade econômica firme passam para outro patamar que é o da sustentabilidade empresarial, enraizado em políticas de longo prazo que se baseiam no social e no ambiental para adquirir um *status* de total responsabilidade social.

O assunto principal desse trabalho é debater as informações de como uma entidade deve apresentar seus relatórios contábeis segundo a ótica de alguns autores conceituados, visando esclarecer para os usuários a transparência e ética dessas entidades.

O problema a ser resolvido são os itens inerentes em um Balanço Social ou Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) ou demais demonstrativos contábeis que contenham as mínimas informações para que se possa atingir o conceito de socialmente responsáveis. As práticas de divulgação e ações estão sendo desenvolvidas pelo setor privado na busca de novas parcerias e de melhor autonomia de suas marcas e produtos. Ainda é certo



que a responsabilidade social é de direito comum, principalmente por parte do Estado – gestor de políticas públicas – a fim de diminuir as desigualdades tanto no âmbito econômico, como social e ambiental.

Considerando a importância da transparência e da responsabilidade social corporativa das entidades privadas, o presente estudo busca analisar através de demonstrações contábeis e informações disponíveis a resposta para a seguinte questão: **como as entidades premiadas pela ADVB de Santa Catarina estão evidenciando os dados e informações no âmbito da responsabilidade social corporativa?**

## *1.2 Objetivos*

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa é analisar como as entidades privadas premiadas pela ADVB/SC (Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil, seccional de Santa Catarina) no evento “Empresa Cidadã 2006” tentam demonstrar a responsabilidade social corporativa e evidenciam informações e dados.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Em termos de objetivos específicos busca-se:

- ✓ Apresentar as normas técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pertinentes ao balanço social e demonstração de valor adicionado.
- ✓ Demonstrar, de acordo com a Portaria n. 42/99 ou norma legal similar, qual a função mais aplicada nas entidades estudadas nesta pesquisa e interligar, quando for o caso, com outros programas sociais de execução ampliada;
- ✓ Abordar dentro de parâmetros quais os itens importantes que devem estar no Balanço Social ou DVA e conexões com a publicação do resultado do exercício;
- ✓ Identificar os elementos contidos nas Demonstrações Contábeis capazes de evidenciar a gestão transparente e participação efetiva na redução das diferenças sociais

### 1.3 Justificativa

O tema a ser pesquisado mostra-se relevante uma vez que se trata de um assunto importante para a sociedade brasileira, visto a expansão dos mercados de capitais e a complexidade dos negócios.

A palavra do momento é a transparência, o *disclosure* (revelação) tão incessantemente cobrado das entidades reguladoras como das fiscalizadoras para demonstrar a veracidade dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis de todas as empresas que querem inserir-se em novos mercados com exigências a cada dia maiores.

Diante disto, este trabalho quer evidenciar as práticas das entidades catarinenses pesquisadas quanto a sua responsabilidade social, haja vista que a BOVESPA, assim como as outras bolsas de valores de outros países, vêm adotando desde 2005 o índice de sustentabilidade empresarial o que implica, entre outros fatores, a elaboração de formas de divulgação de suas práticas sociais e ambientais, bem como de seu valor adicionado.

Além disso, a categoria profissional dos contadores vem gradativamente se envolvendo na temática dos balanços e responsabilidade social, em 2001, o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina publica um modelo de balanço social e divulga seu primeiro balanço social nesse mesmo ano, sendo o único órgão de classe dessa categoria a publicar até então. Este ato se proliferou e em 2005 o Conselho Federal de Contabilidade publicou seu primeiro balanço social.

De acordo com Frey (2005), o tema responsabilidade social corporativa tem tomado espaço nos cenários políticos, social e econômico, impactando nas estratégias empresariais, e gerando transformações nas relações com os *stakeholders* (todas as pessoas que de alguma forma tenha algum interesse na organização).

### 1.4 Metodologia

Para esta pesquisa científica é exigida uma metodologia para o desenvolvimento do estudo de forma organizada e padronizada.

Segundo Beuren e Raupp (2003, p. 76) nos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, em que determina a articulação dos planos e estruturas com o objetivo de obter respostas para o problema de estudo.

Dessa forma, identifica-se a tipologia de delineamento desta pesquisa agrupada em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. Incluindo no escopo da metodologia são apresentados os instrumentos de coleta de dados, e os tipos de análise dos dados a serem utilizados neste estudo.

#### 1.4.1 Trajetória Metodológica

O estudo acadêmico requer uma metodologia científica para ter um caminho, uma ferramenta a fim de atingir uma finalidade. Assim com base nos objetivos gerais esta pesquisa é descritiva. De acordo com Gil (2002 p.42):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Na concepção de Gil (2002 *apud* BEUREN *et al*, 2003) uma das características da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Beuren (2003, p. 81) relata que descrever significa identificar, relatar, comparar e pode se recorrer a técnicas estatísticas para analisar e descrever problemas na área contábil utilizando esta técnica de pesquisa abordada quanto ao objetivo.

Quanto aos procedimentos, que é o modo pelo qual é conduzido o estudo na busca da coleta de dados relacionados com o trabalho a ser estudado, é classificada como uma pesquisa documental e bibliográfica, ou seja, suas fontes são de materiais constituídos principalmente de publicações avulsas, boletins, livros, dissertações, teses, artigos científicos, relatórios de empresas, tabelas estatísticas e outros materiais que não receberam ainda um tratamento analítico na intenção de obter conhecimento sobre o tema pesquisado. A pesquisa documental ajuda a criar informações antes dispersas e não tratadas para consultas futuras.

A pesquisa é qualitativa quanto à abordagem do problema, sendo assim uma análise mais aprofundada dos fenômenos estudados.

Quanto à trajetória da pesquisa divide-se em três etapas, sendo a primeira a fundamentação teórica, a partir do levantamento bibliográfico e documental, a segunda é a coleta de dados e a terceira a análise dos dados, depois de aplicado os indicadores.

A escolha das entidades que sejam compatíveis com a pesquisa decorre do ano da publicação das demonstrações contábeis e relatórios pertinentes ao escopo da pesquisa. Como os dados coletados são de 2006, o ano da premiação dos projetos analisados por esse trabalho, apenas quatro empresas suprem a limitação, são elas: Brasil Telecom, Celesc, Celulose Irani e Comfloresta.

Na contabilidade, é bastante comum o uso da abordagem qualitativa como tipologia de pesquisa. Cabe lembrar que, apesar de a Contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social aplicada, e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa (BEUREN *et al*, 2003).

Em suma, a pesquisa requer uma visão ampla dos fatos a fim de investigar os objetivos sem descuidar da metodologia e da consciência crítica.

#### 1.4.2 Coleta de Dados

Os dados pesquisados constam em sítios eletrônicos das entidades ou em jornais de grande circulação referente às entidades constantes na lista das empresas premiadas pela ADVB/SC publicadas no Diário Catarinense de cinco de outubro de 2006. A forma de publicação e a emissão de dados ou informações são apresentadas neste trabalho que tem o intuito de buscar todas as informações possíveis para uma pesquisa acadêmica.

O dado qualitativo, segundo Pereira (2001, p. 21) “é a representação simbólica atribuída a manifestações de um evento qualitativo”. Entende-se por evento qualitativo um fenômeno aparentemente imponderável. A adoção de símbolos numéricos e premissas aritméticas para representar um determinado evento possibilita ao pesquisador analisar o evento. “O dado qualitativo é uma forma de quantificação do evento qualitativo que normaliza e confere um caráter objetivo a sua observação” (PEREIRA, 2001).

#### 1.4.3 Análise de Dados

Após a coleta dos dados, é feita uma análise. Segundo Gil (2002) esta análise deve observar os objetivos e o plano da pesquisa e pode exigir algumas técnicas sofisticadas.

No decorrer do trabalho pode haver a possibilidade de se recorrer a algumas técnicas de inferências para que o objetivo principal seja alcançado.

#### 1.5 Limitação da pesquisa

O trabalho limita-se aos dados pesquisados e não tem qualquer comprometimento com as informações divulgadas pelas empresas, sendo, portanto, a conferência desses dados de responsabilidade de cada entidade.

A generalização para todo o Estado de Santa Catarina não é possível pelo número reduzido de empresas pesquisadas, no total de 15 empresas para 17 projetos avaliados.

Como a fonte é secundária (jornais e sítios eletrônicos) considerando que os balanços exigidos pela legislação comercial se restringem às sociedades anônimas (Lei n. 6.404/76) não se pode inferir ilegalidade para as empresas pesquisadas que não divulgaram os demonstrativos contábeis.

Os projetos são de 2006, por isso é justo analisar somente os demonstrativos contábeis ou outros relatórios desse ano. Como a própria proposta do trabalho é identificar o quão responsáveis socialmente são cada uma das entidades, então aquelas que não publicam, de forma a atingir grandes públicos, como pelos sítios eletrônicos ou jornais já perdem na mensuração, e nesta pesquisa, das quinze empresas apenas quatro são estudadas.

### *1.6 Organização da pesquisa*

O trabalho está dividido em cinco capítulos. Uma estrutura organizada serve para classificar o documento e facilitar a consulta. O capítulo 1, denominado introdução, apresenta um quadro geral do tema e problema, os objetivos da pesquisa (geral e específicos), a justificativa, a metodologia aplicada (tipos de pesquisa, coleta de dados e análise de dados) e a limitação da pesquisa.

No segundo capítulo são abordados os principais aspectos conceituais. Conceituam-se a responsabilidade social, os direitos universais do homem, os usuários das informações contábeis, a entidade ética, as demonstrações contábeis obrigatórias, o balanço social e a demonstração de valor adicionado.

Os capítulos três e quatro contêm o desenvolvimento desta pesquisa enfocando normais contábeis, passando pela apresentação das entidades, funções sociais; os projetos 2006 da ADVB/SC, áreas de atuação; indicadores de responsabilidade social (sua apresentação e aplicação nas entidades, limitadas a quatro por motivos esclarecidos na limitação dessa pesquisa). Ao final são apresentadas as recomendações para futuros trabalhos e as considerações finais desta pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico são abordados os conceitos bases para concatenar as idéias principais da pesquisa por meio de outros autores e reflexões acerca de cada assunto relacionado com o tema a fim de buscar uma aplicabilidade para as empresas no âmbito setorial das entidades relacionadas.

São fundamentados os conceitos de responsabilidade, os direitos fundamentais do homem, a cidadania, renda e receita, o emprego, o conceito de ética, a entidade ética, os usuários, a responsabilidade social, a responsabilidade social corporativa, as demonstrações contábeis obrigatórias, o balanço social e a demonstração de valor adicionado.

### 2.1 Responsabilidade

No direito, segundo Machado et al (2000), a responsabilidade é definida como uma obrigação de dar, fazer ou não fazer algo, de ressarcir ou reparar danos, de suportar sanções penais, exprimindo sempre a obrigação de responder por alguma coisa. Assim, responsabilidade é o dever de responder pelos seus atos perante a esfera pública.

O indivíduo é um ser responsável pelos seus atos, exceto nos casos de incapacidades físicas ou mentais. Sendo considerado um indivíduo pleno com suas obrigações, ele deve então responder pelo que vier a fazer, e no conteúdo de cidadania é importante que esta coerção aconteça sempre que houver dano a outros.

A responsabilidade civil é a obrigação que o agente do ato tem que fazer para corrigir ou tentar reparar os danos ou prejuízos causados injustamente a outros. A justiça fundamentalmente visa igualar os indivíduos, de forma a não prejudicar ou dar mais benefícios a um em detrimento dos demais e este é o senso que é necessário para coibir e ou corrigir um ato doloso ou culposos. A reparação do dano pode ser por indenização, serviços públicos, impedimento de ir e vir, sanções.

A responsabilidade nasce da violação das normas jurídicas ou morais, de atos ou fatos pelos quais o agente adquire a obrigação de trazer o "*status quo ante*" de volta. Portanto, o ato praticado pode ser proibido pela lei moral, religiosa, de costumes ou pelo direito (MACHADO et al, 2000).

Conforme o dicionário Wikipédia, "Responsabilidade é a obrigação a responder pelas próprias ações, e pressupõe que as mesmas se apóiam em razões ou motivos". Está ligado ao determinismo e ao livre-arbítrio, pois há defensores de que não há o livre-arbítrio se não houver responsabilidade individual, assim não pode haver nem ética nem punição.

Entende-se como determinismo a doutrina que todos os acontecimentos, inclusive escolhas e vontades são causados por acontecimentos anteriores, que o homem é fruto do

meio. Desta forma, o indivíduo seria destituído de liberdade para decidir. A doutrina oposta é a do livre-arbítrio, que declara que a vontade humana é livre para tomar decisões e determinar suas ações.

As ações do homem são em certa parte motivadas pelos parâmetros morais de seu meio (família, amigos, colegas de trabalho, de estudo) e sendo assim suas atitudes se apóiam no fundamento da ordem moral. Há, portanto, uma responsabilidade moral que é ativada sempre que ultrapassar os limites estabelecidos pelo meio e por cada indivíduo definidos por suas crenças religiosas, suas vivências.

Além da responsabilidade civil e moral já tratados neste tópico, a responsabilidade jurídica é assunto para o direito, instrumento criado pelos homens a fim de harmonizar suas relações, que tem por objetivo dirimir os problemas causados por essa interação e dar sanção ou reparação justa para cada envolvido direta ou indiretamente.

O crime é um delito previsto em lei e que por essência tem o intuito de aplicar penas a aqueles que praticarem um ato criminoso ou penal sendo ele praticado na forma comissiva ou omissiva, a responsabilidade penal ou criminal é, portanto o produto deste tipo de ato.

Desta forma, a responsabilidade recai sobre a liberdade do indivíduo e seu comportamento, sendo assim importante para determinar o que é ética, para entender se as ações de um indivíduo são legalmente ou moralmente aceitas pela comunidade.

## *2.2 Direitos Universais do Homem*

O berço do direito constitucional é tido por estudiosos dos direitos universais como nascido na França. Segundo Schilling (2006), a Declaração francesa de 1789 espalhou-se pelo mundo e ganhou muitos adeptos e é a real inspiradora da atual política de Direitos Humanos. Os franceses redigiram e aprovaram duas outras declarações: uma em 1793 e outra em 1795. A primeira mostrava a arrogância burguesa, ávida de liberdade e desprezando o Estado, separando os direitos em humanos (igual para todos) e do cidadão (apanágio de alguns). A de 1793 é considerada como aquela que se preocupou com os aspectos sociais. Resultado da ingerência jacobina foi ampliada para 35 artigos, sendo o último uma peça subversiva de primeira grandeza, porque praticamente induz os cidadãos à rebelião contra o governo.

Os norte-americanos, segundo Schilling (2006), iluminados pelos acontecimentos em Paris, em 1789, perceberam que sua constituição, aprovada pela Convenção em Filadélfia em 1787, não tinha uma Declaração de Direitos, em forma de emendas constitucionais, agregaram, então, dez artigos a garantir ao homem comum americano a liberdade de religião, imprensa, a proteção contra o exército permanente, o *habeas corpus* e o julgamento pelo júri.

A existência a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reacendeu as esperanças dos oprimidos, proporcionou bases legislativas às lutas políticas pela liberdade e inspirou a maioria das constituições no âmbito da cidadania. Lançou a pedra fundamental aos alicerces de uma nova disciplina jurídica, o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Estabeleceu parâmetros para aferição da legitimidade de qualquer governo, substituindo a eficácia da força bruta pela força ética (PENA, 2006).

A fundação dos direitos universais do homem mudou o rumo da humanidade, para ser concebida precisou mobilizar órgãos governamentais e não governamentais para ajudar na grande necessidade social daquele período pós-segunda Guerra Mundial (1939-1945), criou-se uma verdadeira sociedade multicultural, preocupada com problemas mundiais. A Declaração de 1948 surgiu como uma recomendação para solucionar alguns problemas sociais, e ganhou repercussão generalizada. Na atualidade este fato transformou a sociedade civil a ponto de usar estes preceitos para fundamentar suas várias manifestações no combate à violência, à exploração do trabalho infantil, trabalho escravo, no combate à AIDS, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, formação de grupos de combate à violência contra mulher, étnicos raciais e gênero, Entidades não-governamentais de defesa ao meio-ambiente e ao homem do campo, projetos anticorrupção, grupos de apoio a dependentes químicos, apoio psicológico, comissão de defesa ao consumidor, entre outros.

Na Carta Internacional dos Direitos do Homem fica proposto promover e estimular o respeito dos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

O artigo vigésimo quinto da Declaração Universal dos Direitos do Homem merece destaque:

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.
2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.

O direito do homem de viver com dignidade assegurada por esta Declaração implica em outras ações sociais para obtenção da completude da palavra. Ações estas realizadas pelo estado, mas principalmente pela sociedade, pois como ser complexo, o *homo sapiens*, é insaciável e para suprir todas as suas necessidades. Precisa agir em sociedade na busca de seus anseios, muitos deles comum ao contexto pertencente.



O homem se sente mais pertencente à sociedade se consegue compartilhar dos mesmos acessos a alimentação, saúde, transporte, lazer, educação e outros. Para um homem que não seja o capitalista, ou seja, que não detenha meios de produção e capital, a forma de obtenção a esses acessos é por meio do emprego que lhe garante a renda.

### *2.3 Representatividade do emprego rumo à cidadania*

Wertheim, representante da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) no Brasil afirma que “o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informações”. E que as “as mudanças [...] atingem a estrutura social, em sua totalidade, gerando incertezas crescentes quanto ao futuro”. Na área trabalhista o modelo fordista-taylorista<sup>1</sup> está perdendo espaço a uma nova configuração. Essa tendência valoriza a qualidade contínua, a inteligência, a capacidade de adaptação a novos mercados que estão em constante mutação e oscilação.

As oportunidades de trabalho são as que oferecem renda à maioria das pessoas. Muitos afirmam que não há dignidade se não houver renda, provavelmente porque sem renda o ser humano não é capaz, principalmente nas cidades, de vencer a barreira da subsistência mínima que seria se alimentar e ter acesso à água de qualidade.

Se a estrutura social não oferece oportunidades de trabalho, a economia se torna marginal em relação às pessoas, serve apenas para as coisas, ou aos mitos, ou à ambição de alguns, ou se transforma em mero jogo especulativo que exclui as pessoas de forma contínua e crescente, como vem acontecendo (DELLA GIUSTINA, 2000).

Outro fator para a condição do trabalho ser favorável é o preparo, na medida em que os empregos ficam mais complexos a capacitação é fundamental para alcançar o trabalho, assim a exclusão social pela incapacidade de gerar renda, por não ter preparo e oportunidade desfavorece a diminuição das desigualdades sociais e, que no Brasil passa por um problema muito sério que é o acúmulo de riquezas por poucos privilegiados.

Integrar a educação (tanto profissionalizante como básica) com a cidadania é essencial para escapar do problema social chamado desemprego, que é fruto do próprio sistema capitalista deste século, competitividade, novos mercados, incessante vontades, novos produtos, acaba criando um ser ainda a ser moldado de acordo com aquela realidade que não é estática, requer capacidade múltiplas, incessantes e até mesmo estressante para qualquer ser

---

<sup>1</sup> Idealizado pelo empresário norte americano Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o fordismo se caracteriza por ser um método de produção caracterizado pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do taylorismo. Taylorismo ou Administração científica é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que é considerado o pai da administração científica.

humano. Em decorrência, a educação passou a ocupar posição estratégica no processo de competitividade.

No caso da educação profissional, as agências executoras começam a ampliar programas e a elevar os níveis de exigência em matéria de escolarização para admitir candidatos a diversos tipos de cursos básicos de formação profissional. No entanto, essa solução pode deixar de lado contingente de trabalhadores desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Muitas empresas, por exemplo, já estão substituindo trabalhadores de baixa escolarização por pessoas mais qualificadas mantendo o mesmo salário. A crise do desemprego devido ao uso intensivo de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, em ritmo ascendente e sem previsões, favorece a exclusão dos que ainda não lograram atingir níveis mais elevados de escolarização (WERTHEIN, 2006).

Somente a educação não é capaz de superar o desemprego, os socialmente engajados têm maiores chances de sobreviver a esta verdadeira batalha pela sobrevivência, porque consegue visualizar outro caminho com criatividade e flexibilidade. A educação cidadã de qualidade leva o indivíduo a uma estrada mais segura. Pessoas educadas, mais do que capacitadas, estarão em melhores condições de encontrar melhores alternativas.

A cidadania é o conjunto dos direitos políticos que um indivíduo goza, permitindo interferir nos negócios do estado, direta ou indiretamente, na formação do governo e na sua administração. Entende-se por direito político o conjunto de normas constitucionalmente fixadas que dão direito a participação popular no processo político, seja através do voto ou manifestações.

O trabalho tem um caráter social, faz o homem se sentir útil e obter fonte de renda e sustento. De acordo com o Dicionário do Pensamento Social do Século XX, o trabalho é o esforço humano com um propósito e contém a transformação da natureza através do esforço físico ou mental. Iamamoto *et al* (2007) comenta: “A necessidade de organizar o trabalho, principalmente quando envolve muitas pessoas e ou muitos instrumentos e muitos processos, criou a idéia do ‘emprego’”.

Pode-se afirmar que o emprego surgiu na época da Revolução Industrial e é uma relação de troca da força de trabalho do homem por algum salário, e envolver subordinação, prestação continuada, numa carga horária definida através de um contrato do empregador com o empregado. No Brasil o vínculo empregatício garante ao funcionário férias, gratificação natalina, aviso prévio, licença maternidade, descanso semanal remunerado, entre outros.

O emprego é escasso para toda a sociedade, mesmo com alto nível de instrução. As teorias econômicas visam explicar como ocorre o desemprego e o que pode ser feito para mudar. O sonho de todo ser humano preocupado com as relações de trabalho é encontrar o chamado pleno emprego. Os neoclássicos, segundo BENJAMIN (2007), consideram que o pleno emprego ocorre quando na utilização total do fator de produção chamado trabalho seja

igual à remuneração do fator do trabalho corresponde a sua produtividade marginal. Logo há desemprego quando os trabalhadores conseguem salários superiores à produtividade marginal do trabalho, o que implica, politicamente, na adoção de medidas que venha reduzir os salários, enfraquecendo os sindicatos e alterando o mercado de trabalho, visando levar ao nível de equilíbrio no qual existe o pleno emprego.

Keynes<sup>2</sup> considera que o desemprego está relacionado ao mercado de produtos. A demanda insuficiente gera o desemprego. O volume de emprego está fixado ao ponto que maximiza as expectativas de lucros.

Em Keynes, portanto, o pleno emprego – que na teoria neoclássica é uma tendência geral, se os mercados funcionarem de forma suficientemente flexível – se transforma em um caso particular, ao qual raramente se chega, a menos que se adotem políticas específicas para incrementar a demanda. Nessa abordagem o desemprego não pode ser reduzido por meio da redução de salários (BENJAMIN, 2007).

Karl Marx *apud* BENJAMIN, 2007, afirma haver no capitalismo um dualismo contraditório, a primeira é o resultado da luta do capital para controlar a maior quantidade possível de trabalho vivo, para aumentar a massa potencial de mais valia, assim o capital tende a subordinar a si a maior parte do trabalho social, expropriando as condições independentes de vida da população, que passam a se apresentar no mercado como vendedores de força de trabalho. Por outro lado, o aumento do capital constante em detrimento do capital variável, conseguido pela mais valia relativa atribuí aos trabalhadores um caráter desnecessário, pois com capital em mão consegue gerar mais capital (aplicações, empréstimos, compra e venda de veículos, imóveis, empresas) sem a necessidade de mão de obra, então aumenta os desempregados.

A primeira tendência incorpora trabalhadores à esfera especificamente capitalista da atividade econômica; a segunda lança trabalhadores na rua. Atraindo e repelindo trabalhadores, o capitalismo desenvolve uma lei de população igualmente ambígua: a maior parte da população se transforma em assalariada, mas num momento seguinte é parcialmente transformada em superpopulação relativa, ou população momentaneamente inútil, excedente, à espera de ser utilizada pelo capital em algum ciclo expansivo futuro.(BENJAMIN, 2007).

A sacada do Marx é perceber que o trabalho braçal é importante no início da expansão capitalista e depois passa a ser desnecessário. Hoje há uma leva de teorias a respeito do que se pode chamar a sociedade, muitos afirmam estar na sociedade da informação, tempos de mudanças nas relações de trabalho afetam as pessoas e o meio que vivem.

---

<sup>2</sup> John Maynard Keynes (Cambridge, 5 de junho de 1883 — Fittlehampton, East Sussex, 21 de abril de 1946), o criador da Macroeconomia, foi um dos mais influentes economistas do século XX. Suas idéias intervencionistas e estadistas chocaram-se com as doutrinas econômicas vigentes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia (WIKIPEDIA, 2007).

### 2.3.1 Conceitos de Renda e Receita

Usualmente considera-se renda o valor recebido pelo aluguel de um bem de consumo durável. Na teoria econômica, (BPC, 2007) renda é a remuneração de cada fator de produção ou o resultado de atividade produtiva individual ou coletiva, por meio do salário para o trabalho, o juro, o lucro para o capital e o arrendamento (ou simplesmente renda) pelo uso da terra.

Segundo SIED-SUP (2007), a receita é conjunto dos rendimentos (recursos financeiros) de uma entidade destinados a enfrentar gastos necessários (despesas) durante um determinado período gerado por esforço individual ou coletivo, fruto de sua atividade econômica é o que se chama de receita e em cima dela que incidem a maioria dos tributos e é fonte de informação para tomada de decisões de pessoas físicas ou jurídicas.

Contabilmente, FIPECAFI (2006 p. 61), a receita de uma entidade só poder ser considerada realizada, e assim registrada, se os produtos ou serviços prestados ou produzidos forem transferidos para outra entidade com a anuência desta e mediante pagamento ou compromisso dele.

Para o cidadão a sua remuneração é esperada que alcance pelo menos os primeiros níveis de necessidade de Maslow, conforme Figura 1. A integridade dessa remuneração acontece no momento em que a entidade tenha em suas práticas ações que condizem com as teorias sobre a ética. As ciências aplicadas estão na relação entre os cidadãos e as entidades respeitando a ética e ajudando a entender e melhorar as práticas entre elas.

### 2.4 Entidade Ética

Della Giustina (2000) afirma que a integração brasileira entre suas regiões de dá de forma precária e desigual. Desfavorece muitos e favorecem poucos. O encontro do Brasil com a cidadania através do emprego somente será alcançado pela manifestação dos excluídos para alcançar seu espaço através do voto, da participação comunitária, do engajamento político, da moralização da sociedade por caminhos mais éticos. Uma mudança cultural é necessária para humanizar e diminuir a concentração de riqueza que impede muitos de serem cidadãos plenos.

Uma organização pode ter ética, esta pode ser mensurada ao se questionar como os valores que asseguram a sua sobrevivência ou reputação são implementados para gerar bons resultados. Para Moreira (1999 *apud* WIKIPÉDIA, 2006) a ética empresarial é "o comportamento da empresa - entidade lucrativa - quando ela age de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade (regras éticas)".

O princípio da entidade reconhece que o patrimônio é o objeto da contabilidade e afirma que a autonomia patrimonial é a necessidade de diferenciar de um patrimônio particular, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza. Segundo a FIPECAFI (2006) “entidades são conjuntos de pessoas, recursos e organizações capazes de exercer atividade econômica, como meio ou como fim”. Toda a dimensão do termo entidade para a contabilidade se concretiza pelos seguintes aspectos:

- ✓ Jurídica: a entidade é perfeitamente distinta dos sócios;
- ✓ Econômica: caracteriza-se como massa patrimonial cuja evolução qualitativa e quantitativa precisa ser acompanhada pela contabilidade;
- ✓ Organizacional: é um grupo de pessoas exercendo controle sobre as receitas e despesas, sobre investimentos e distribuições e;
- ✓ Social: sua contribuição no campo social, o que ela agrega nesse sentido.

Ética é a palavra originada diretamente do latim *ethica*, e indiretamente do grego *ηθική*, *ethiké* é assunto da filosofia e estuda o que é moralmente correto, sendo aplicado juízos de valores sobre a conduta humana (WIKIPÈDIA, 2007),

O gestor tem o papel de dar o rumo de uma entidade e para isso é necessário ter consciência ética que inclui a sensibilidade social, os valores morais. Em síntese a ética pressupõe:

Liberdade - numa "cultura de escravos", não há ética que resista.  
 Dignidade/responsabilidade - sem que se valorize o homem, abrindo espaços à sua participação criativa, é inútil pensar na ética.  
 Igualdade de Oportunidades - o estabelecimento de privilégios, decorrentes de indefinições políticas e preferências inviabilizam qualquer intenção ética.  
 Direitos Humanos - sem que se regulem, com precisão e clareza, direitos e obrigações, que consultem o bem comum. (MATOS, 2006).

A obtenção do lucro é vista pelo catolicismo como algo negativo e pode levar algumas empresas ao fracasso. As entidades precisam do lucro para se manter, então não é antiética esta postura e sim quando se engana o cliente com produtos inferiores. A ética do lucro contempla quatro condições essenciais, conforme Quadro 1:

Empresa	→	Renovação Contínua	→	Reinvestimentos que assegurem a sobrevivência e o seu desenvolvimento
Capital	→	Retribuição Societária	→	Justa remuneração aos investidores, que bancaram o risco
Trabalho	→	Salário Justo	→	Remuneração, com justiça, aos agentes produtivos
Comunidade	→	Solidariedade Social	→	Retribuição à sociedade pelo sucesso do empreendimento

**Quadro 1- Ética do Lucro**

Fonte: adaptado MATOS, 2006.

A empresa surge da necessidade de satisfazer os clientes, e servir com qualidade é sua responsabilidade. A função da empresa é prestar serviços, oferecer produtos ou bens e assim o lucro é a remuneração dos serviços prestados ou dos produtos vendidos.

O foco não é mais o hoje ou amanhã, o foco é o longo prazo, a perpetuação da entidade na vida das pessoas; consumidores, investidores. Segundo Kotler (1998 *apud* MARQUES, 2006), este novo pensar no longo prazo fez criar profissionais de *marketing* que equilibrem os três fatores da política de mercado: os lucros da empresa, os desejos do consumidor e os interesses da sociedade.

Então as entidades começam a se preocupar com suas condutas, o bem estar do consumidor e usuários, reforçando a preservação ecológica, realizando ações de resgate à cidadania, melhorando a qualidade de vida de seus funcionários e a sociedade, e procurando divulgar essas ações.

A ética opera no plano da reflexão ou das indagações, estuda os costumes das coletividades e as morais que podem conferir-lhes consistência. Com qual propósito? Libertar os agentes sociais da prisão do egoísmo que não se importa com os efeitos produzidos sobre os outros. A ética visa à sabedoria ou ao conhecimento temperado pelo juízo (SROUR, 2000).

As razões para a promoção da ética nas empresas, no essencial, são os escândalos em virtude de uma mídia plural. A sociedade civil passou a exercer pressão eficaz sobre as empresas para preservar a qualidade dos produtos e serviços. A repercussão dos escândalos interferindo nos custos e a valorização econômica dos altos padrões pessoais de conduta na composição do ativo da empresa (SROUR, 2000).

Um dos maiores focos no mundo empresarial é o cliente. Por meio de uma conduta ética, a entidade pode elaborar seu plano de satisfação do cliente e melhorar a forma de atendê-lo. Nem todas as entidades têm a preocupação com a ética e assim acontecem propagandas enganosas como diminuir o peso do produto sem reduzir o preço, sem avisar o consumidor. Portanto o cliente é um dos usuários das entidades que deve ser respeitado.

## 2.5 Usuários

Na visão das entidades o crescimento envolve aumentar ou manter suas variáveis como o faturamento, participação no mercado, reconhecimento social, produtividade, margem de lucro, cliente satisfeito. Segundo Tapscott (*apud* MARQUES, 2006) em virtude da exigência e expectativas de clientes, fornecedores, colaboradores, governo, gestores, a entidade do futuro tem que agir de forma responsável em seus relacionamentos internos e externos. Desta forma esse foco de entidade responsável recai na postura ética de suas ações ou até pensamentos em relação ao ambiente inserido.

Os usuários são aqueles que de alguma forma são afetados pela organização, e no momento atual, os usuários indiretos, mais longe dessa informação, tomam a iniciativa de querer saber mais das entidades. Por exemplo, a sociedade (usuário indireto) pode querer saber se a loja da esquina está contratando pessoal com alguma incapacidade física; ou também o caso de um investidor que procura saber se há trabalho escravo em uma filial da empresa.

O termo mais adequado para os usuários é *stakeholders*, que para Stoner e Freeman (1995 *apud* MARQUES, 2006) são os sindicatos, fornecedores, órgãos governamentais, competidores, consumidores, grupos de interesses especiais, empregados, acionistas, dirigentes, conselhos de administração, e outros. Assim, de acordo com Robbins (2000 *apud* MARQUES, 2006) a palavra *stakeholders* se refere como sendo os grupos, internos ou externos à organização, que possuem algum interesse nela.

De acordo com Bryson (2003, *apud* DAHER *et al*, 2006), a simples definição de quem são os *stakeholders* na realidade possui variações entre os autores, conforme Quadro 2:

<b>Autores</b>	<b>Definição</b>
Freeman (1984)	"Qualquer grupo ou indivíduo que afete, ou seja, afetado, quando uma organização atinge seus objetivos"
Nutt e Backoff (1992)	"Todos os grupos que serão afetados ou que afetarão a estratégia da organização"
Bryson (1995)	"Qualquer pessoa, grupo ou organização que possa atrair atenção, recursos ou produção da organização ou ainda ser afetado por aquela produção"
Eden e Ackermann (1998)	"Indivíduos ou pequenos grupos com poder para reagir, negociar e alterar o futuro estratégico da organização"
Johnson e Scholes (2002)	"Indivíduos ou grupos que dependem da organização para atingir seus próprios objetivos e de quem, por outro lado, a organização também dependa"
GEE e SLATER (2005 <i>apud</i> DIAS <i>et al</i> , 2006)	Define <i>multi-stakeholders</i> como sendo os representantes da indústria, de grupos ativistas sem fins lucrativos, de órgãos contábeis, peritos de negócios, advogados, entre outros.
Nobre Filho (2006)	"Os públicos interessados em uma organização, aqueles que são afetados por sua atuação, ou podem influenciar o seu desempenho."
Instituto Ethos (2007)	"Termo em inglês amplamente utilizado para designar as partes interessadas, ou seja, qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar a empresa por meio de suas opiniões ou ações, ou ser por ela afetado. Há uma tendência cada vez maior em se considerar stakeholder quem se julgue como tal."

**Quadro 2 - Algumas definições do conceito de *stakeholder***

Fonte: Adaptado de Bryson (2003, *apud* DAHER *et al*, 2006).

Uma questão inerente ao processo de maior participação dos usuários nas entidades é busca de respostas sociais e ambientais dentro da empresa.

Os usuários também se importam como existe a responsabilidade dentro das ações promovida pela entidade que tenha interesse, devido a isso, conceitua-se o que é responsabilidade social corporativa.

## 2.6 Responsabilidade Social Corporativa

Não há padrões nas empresas quanto às decisões para elevar ao lucro, e estas enraízam-se, algumas vezes, no resultado em curto prazo. Conforme Kotler (1998, *apud* MARQUES, 2006) “nos últimos anos, algumas pessoas têm questionado se o conceito de *marketing* é uma filosofia apropriada em uma era de deterioração ambiental, escassez de recursos, [...] e negligência dos serviços sociais”.

Após outros estudos, surge o conceito de *marketing* com responsabilidade social, Kotler e Armstrong (1998, *apud* MARQUES 2006) definem *marketing* com responsabilidade social, sustentando que a organização deve determinar as necessidades e interesses dos mercados-alvo, proporcionando aos clientes um valor superior, de forma a manter ou melhorar o bem-estar do cliente e da sociedade.

A definição então de responsabilidade social é para Czinkota et al (2001, p. 50 *apud* MARQUES, 2006) como “o conjunto de filosofias, políticas, procedimentos e ações de *marketing* com a intenção primordial de melhorar o bem-estar social”.

Robbins (2000 *apud* MARQUES, 2006) menciona que a responsabilidade social adiciona um imperativo ético a fazer coisas boas para a sociedade inclusive ao longo prazo, além das exigências legais, acrescentando que a responsabilidade social encara a empresa como um agente moral.

No Quadro seguinte são apresentados vários conceitos de origem posterior ao ano 2000 e na concepção de diferentes autores:



<b>Autor</b>	<b>Definição</b>
Lemos (2001)	É interagir com seus diversos públicos, respeitando o meio ambiente, o ambiente de trabalho, o ambiente social, a qualidade de vida, o ambiente urbano, a qualidade dos bens e serviços, enfim, é o que pode ser denominado de cidadania empresarial.
Borger (2001)	A responsabilidade social empresarial deve ser vista como parte da cultura, da visão e dos valores da empresa, requer uma filosofia e um compromisso articulados na afirmação da missão.
Guaragna (2001)	A responsabilidade social é um movimento interno -nasce do interior do ser humano - e não uma jogada de <i>marketing</i> ou modismo. As empresas devem começar a agir e buscar o desenvolvimento social sustentável.
Melo Neto e Froes (2001)	A responsabilidade social busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva.
Ashley (2002)	O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.
Oliveira (2002)	A responsabilidade social tem o objetivo de comprometer a empresa com a adoção de um padrão ético de comportamento, é o compromisso continuado de cidadãos (agentes individuais ou empresariais) pautados pela ética e destinados à promoção do desenvolvimento social, ambiental e econômico, melhorando a qualidade de vida atual e futura da sociedade beneficiada e envolvida nesse processo.
Instituto Ethos (2003)	A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), incorporando-as ao planejamento de suas atividades, na busca do atendimento às demandas de todos e não apenas às dos acionistas e proprietários.
Chiavenato (2004)	Responsabilidade social significa a atuação responsável socialmente de seus membros, as atividades de beneficência e os compromissos da organização com a sociedade em geral e de forma mais intensa com aqueles grupos ou parte da sociedade com a qual está mais em contato.
ABNT (2007)	Responsabilidade Social demonstrar ao mercado que a organização não existe apenas para explorar os recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social, por meio da realização profissional de seus colaboradores e da promoção de benefícios ao meio ambiente e às partes interessadas.

### **Quadro 3 - Definições de responsabilidade social**

Fonte: Adaptado de Frey (2005, p. 30).

A responsabilidade social empresarial ou corporativa é uma postura que a entidade assume ao querer obter a sustentabilidade em longo prazo e quanto acontece tem que se preocupar com o tripé: econômico, social e ambiental. Ao alcançá-los conjuntamente se obtém a sustentabilidade empresarial o que requer muito trabalho e persistência.

Para Borger (2001 *apud* FREY, 2005) a responsabilidade social empresarial requer uma filosofia e um compromisso, articulados na afirmação da missão, no manual de empregados, no *marketing* e na comunicação em todos os níveis da empresa.

Ética, políticas, práticas e *stakeholders* estão relacionados com a responsabilidade social pois sem ética não se constrói uma política ou prática voltados para a responsabilidade

social e não respeita o direito de informação dos *stakeholders* que procuram entender a entidade e toda o seu papel na sociedade.

Existem indicadores elaborados a respeito da mensuração dos aspectos qualitativos e quantitativos da responsabilidade social de uma entidade. Estes indicadores têm o objetivo de trazer um diagnóstico das práticas de responsabilidade social e perceber o seu valor como investimento e impacto positivo à imagem e à sustentabilidade empresarial.

A escrituração contábil é necessária para registrar as operações envolvendo recursos financeiros, bens, direitos e obrigações que servem de informações para os *stakeholders*. Nesse momento, surgem as demonstrações contábeis para sintetizar toda a movimentação da entidade.

## *2.7 Demonstrações Contábeis Obrigatórias*

A Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 instituiu a obrigação de um conjunto de informações que abrange o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes (se houver) e o Parecer do Conselho Fiscal (se houver). O enfoque é essencialmente fiscal, o que gerou grandes discussões sobre outros demonstrativos a fim de conhecer melhor cada entidade. Os Demonstrativos Contábeis obrigatórios são:

- ✓ Balanço Patrimonial (BP);
- ✓ Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- ✓ Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); e;
- ✓ Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

E inclui as notas explicativas ou quadros analíticos para explicar a situação patrimonial da entidade, durante o exercício social.

Todas as demonstrações obrigatórias ou facultativas apresentadas pela entidade deverão seguir além das práticas contábeis geralmente aceitas, a legislação comercial, as normas da CVM e serão, sem exceção, auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Monetários.

As entidades obrigadas a publicarem estes demonstrativos são as sociedades anônimas e segundo o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/46, em seu Capítulo IV, ficam estabelecidas as atribuições dos contabilistas, no art. 25 alínea "b" trata da escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios.

Art. 25. São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações

Desta forma há a exigência da escrituração contábil para todas as entidades respaldada em vasta legislação. O Código Tributário Nacional expressa a obrigatoriedade de manutenção dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como dos comprovantes dos seus lançamentos até a prescrição dos correspondentes créditos tributários.

O Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da entidade em uma determinada data, sendo, portanto, estático. Composto por três elementos básicos: ativo (bens e direitos), passivo (obrigações) e patrimônio líquido (valor líquido da entidade).

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta os detalhes das receitas, despesas, ganhos e perdas, e definindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício e por ação.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), segundo a Lei das Sociedades por Ações, evidencia a mutação do patrimônio líquido por meio de: novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, reavaliações, incorporações de reservas ao capital, transferências de lucros acumulados para reservas no caso da DMPL e se for a DLPA apresenta a destinação do resultado do exercício.

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos procura evidenciar as origens de recursos de curto prazo, ou o capital circulante líquido, e as suas aplicações de recursos que consomem o capital circulante líquido.

Um breve comentário sobre as Demonstrações Contábeis cabe neste momento para elucidar a importância da divulgação destes documentos a fim de conhecer as entidades. As demonstrações facultativas estão passando por mudanças para se adaptar à realidade da economia mundial. A interferência dos usuários na decisão empresarial impulsiona novos rumos, muito próximos ao ideal, ou seja, transparência de informações e compromisso social.

A necessidade de publicar as demonstrações contábeis é pertinente ao tipo de sociedade nos termos estabelecidos pela legislação societária. A legislação fiscal, igualmente, exige muitas informações contábeis e empresariais, por isso muito há que ser realizado para que obtenha liberdade fiscal, ou seja, que aprovação pelo fisco. Além disso, cada ramo de atividade pode exigir cadastros em órgãos fiscalizados ou reguladores como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), a ANATEL (Agência Nacional de

Telecomunicações), a CVM (Comissão de Valores Monetários) e eles podem obrigar a elaborar demonstrativos contábeis.

Nesta pesquisa dois demonstrativos merecem destaque: o Balanço Social e o Demonstrativo de Valor Adicionado pois respondem ao quesito sócio- ambiental em que está compreendido a sustentabilidade empresarial. Para o quesito econômico e financeiro da sustentabilidade existem os demonstrativos como balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração de origem e aplicações de recursos e do demonstrativo de lucros ou prejuízos acumulados que tradicionalmente têm este papel da a entidade.

## *2.8 Balanço Social e Demonstração de Valor Adicionado*

A NBC T 3.7 conceitua a Demonstração de Valor Adicionado como sendo destinada a evidenciar de forma concisa os dados e informações do valor da riqueza gerada pela entidade, em um determinado período, e a sua distribuição, sendo essas informações e dados extraídos da contabilidade e os valores obedecendo ao princípio da competência.

A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto a DVA está dirigida para a geração de riquezas e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo (FIECAFI, 2006).

Cunha (2002, p. 51), afirma que o valor adicionado permite avaliar por meio de análise de distribuição da riqueza como é devolvido para a sociedade o valor da riqueza transformada pela entidade de igual ou diferente proporção dos recursos que foram tirados, servindo de forma de incentivo ao comportamento das empresas, conforme é ressaltado por Ribeiro e Lisboa (1999, p. 12 *apud* CUNHA 2002, p. 37):

A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresas para a sociedade e os setores por ela padronizados. Este de tipo de informação serve para avaliar a performance da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular ou não a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. E, em contexto maior, pode servir de parâmetro para definição do comportamento de suas congêneres.

A razões pela qual surgiu a Demonstração de Valor Adicionado está intimamente ligado a, segundo Neves e Viceconti (2000, *apud* MIRANDA et al, 2002):

A DRE (Demonstração do resultado do Exercício) identifica a parcela da riqueza criada que efetivamente ficou na empresa em forma de lucro e não as demais gerações de riquezas;

As demais demonstrações financeiras não são capazes de determinar quanto de valor a entidade adicionou a cada mercadoria ou insumo que adquire e;

Não há nenhuma demonstração contábil que divulgue a forma de distribuição dos valores agregados (ou seja, não identificam de que forma foram distribuídas as riquezas criadas pela empresa).

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI – da USP elaborou um modelo de DVA, conforme Quadro 4:

<i>DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO</i>	
Empresa	
DESCRIÇÃO	R\$ Mil
<b>1 – RECEITAS</b>	
1.1 – Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2 – Provisão por dev. Duvidosos – reversão/ (constituição)	
1.3 – Não operacional	
<b>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)</b>	
2.1 – Matérias-primas consumidas	
2.2 – Custos das mercadorias e serviços vendidos	
2.3 – Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4 – Perda/recuperação de valores ativos	
<b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1 – 2)</b>	
<b>4 – RETENÇÕES</b>	
4.1 – Depreciação, amortização e exaustão	
<b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	
<b>PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 – 4)</b>	
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA</b>	
6.1 – Resultado de equivalência patrimonial	
6.2 – Receitas financeiras	
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	
<b>8 – DISTRIBUICAO DO VALOR ADICIONADO</b>	
8.1 – Pessoal e Encargos	
8.2 – Impostos, taxas e contribuições	
8.3 – Juros e aluguéis	
8.4 – Juros sem capital próprio e dividendos	
8.5 – Lucros retidos/prejuízo do exercício	

**Quadro 4 - DVA proposto pela FIPECAFI**

Fonte: Iudícibus, et al (2000 *apud* MIRANDA et al, 2002).

O Balanço Social, ou seja, a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental definida assim pela NBC T 15, é elaborada para evidenciar os dados e informações de natureza social e ambiental, extraídos ou não da contabilidade, sendo uma demonstração complementar e não pode ser confundida como uma nota explicativa. Por informações de natureza social e ambiental entende-se:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

FIPECAFI (2006, p. 33) afirma que o Balanço Social está dividido em quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Martins et al (2002) afirma que o Balanço Social é um demonstrativo elaborado para informar os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e sua forma de atuação na sociedade e meio ambiente.

A história do Balanço Social começa no século XX, na década de 60 para os Estados Unidos e na década de 70 para França, Alemanha e Inglaterra, devido às pressões da sociedade cobrando maior responsabilidade social das empresas. No Brasil, a primeira publicação espontânea foi em 1984 pela empresa Nitrofértil, depois na mesma década o Sistema Telebrás e nos anos 90 o banco BANESPA divulgou suas ações sociais. Somente em 1997 que o sociólogo Herbert de Souza, “Betinho”, fez sua campanha de responsabilidade social das empresas e a proposta de divulgação do Balanço Social atingir grande destaque nacionalmente.

Lançou campanha convocando os empresários e a sociedade a um maior engajamento e participação na promoção de melhorias nas condições de vida da população e na superação da pobreza. Além disso, lançou também a idéia da elaboração e divulgação do Balanço Social como instrumento de demonstração deste envolvimento, explicitando que este relatório representa resposta das organizações, na divulgação da adoção de sugestões sociais e comunitárias. A esse engajamento denominou de Empresa Pública Cidadã (TINOCO, 2001 *apud* MARTINS, 2002).

Nesta perspectiva cria-se a idéia da participação das entidades nas questões sociais e ambientais através da elaboração e publicação do Balanço Social. Nasce então as campanhas de incentivo ao empresariado dessas ações. Há o apoio da comunidade internacional através das Nações Unidas, dos investidores internacionais que procuram entidades socialmente responsáveis. É nesta visão que prêmios como “Empresa Cidadã” proliferam por todo o país, seja por organizações não governamentais ou por leis estaduais

como foi o caso do Rio Grande do Sul que lançou em 2000 o “Certificado de Responsabilidade Social” além de outras cidades no estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O Quadro 5 aborda o Balanço Social segundo quatro vertentes:

<b>BALANÇO SOCIAL – FIPECAFI</b>
<p>Balanço Ambiental</p> <p>Recursos Naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- gastos com preservação, proteção e recuperação.</li> <li>- investimentos em equipamentos e tecnologias voltados à área ambiental e passivos ambientais.</li> </ul>
<p>Balanço de Recursos Humanos</p> <p>Perfil da força de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- idade, sexo, formação escolar, estado civil, tempo de trabalho na empresa.</li> </ul> <p>Remuneração e benefícios concedidos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- salários, auxílios alimentação, educação, saúde, transporte.</li> </ul> <p>Gastos com treinamentos</p>
<p>Demonstração do Valor Adicionado</p> <p>O que a empresa agrega de riqueza à economia local e a forma como distribui a riqueza</p> <p>Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral</p> <p>Gastos em benefício à sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- centros de recreação, construção/manutenção de hospitais, escolas.</li> <li>- contribuições a entidades assistencialistas e filantrópicas</li> <li>- preservação de bens culturais</li> <li>- educação de necessitados</li> </ul>

**Quadro 5 - Balanço Social - as quatro vertentes**

Fonte: Adaptado de FIPECAFI (p. 33-34, 2006).

A busca do Balanço Social pelas entidades vem demonstrar a que existe mais compreensão que receio, pode-se afirmar que o compromisso com a integridade não é apenas uma ação interna, dentro da organização e seus parceiros, ela precisa ter métodos eficientes para divulgar o negócio e adotar linguagem mais acessível para o usuário. Quando encaram essa postura, as entidades atingem o seu papel social de prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, recursos naturais, humanos.

### 3 NORMAS CONTÁBEIS E ENTIDADES PESQUISADAS

Apresentam-se as necessidades sociais e as normas contábeis que dispõem de ferramentas para chegar às informações para os usuários acerca das necessidades sociais atingidas.

#### *3.1 Necessidades Sociais e Normais contábeis*

Uma entidade é uma “pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos” Art. 4 da Resolução CFC n. 750/93 sendo assim pode-se ainda classificar, utilizando o critério de objetivos, em entidades públicas estatais, privadas, ou pertencentes ao terceiro setor (organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e as organizações sociais).

Estas definições se fazem necessárias para entender o mecanismo do funcionamento das entidades, uma vez que cada um tem seus objetivos e estes convergem e interagem em meio a um sistema vivo e inconstante que é o mercado, como se cada um dependesse da atitude e resultado do outro para desenvolver suas atividades próprias.

Os entes estatais, por meio das empresas públicas ou de economia mista, realizam atividades econômicas bem como as entidades privadas. Estes recursos gerados são distribuídos para manter suas atividades e parte para repassar para os entes públicos estatais alocarem de acordo com seus critérios (definidos pela sociedade e interesses particulares numa guerra de poderes vencendo sempre quem for mais forte).

Entende-se que o capitalismo moderno é um sistema de economia mista, MUSGRAVE, 1974, p. 23. “As instituições e as práticas da economia mista são todas aquelas que se baseiam sua estrutura ao mesmo tempo no direito público e privado” CRETELLA, 1973, p. 142-143, em partes os recursos são privados e públicos. A distribuição da renda é determinada pelos donos dos meios de produção, ao mesmo tempo, uma parte considerável da renda é destinada às satisfações das necessidades públicas, através da transferência por meios de tributos para o setor público e este, por sua vez, faz sua destinação, e esta também afeta a distribuição do setor privado, tornando-se um ciclo.

As necessidades sociais surgem quando há uma condição de igual consumo para todos, conforme Musgrave (1980). Essa necessidade por parte de um consumidor independe de sua própria contribuição, os custos são partilhados por todos. Quando há falha no mecanismo de mercado entre o produto social e o privado, surgem as necessidades sociais:



As necessidades sociais são aquelas que devem ser satisfeitas através de serviços que precisam ser consumidos por todos em quantidades iguais. As pessoas que não pagam pelos serviços não podem ser excluídas dos benefícios que deles resultam; e, já que não podem ser excluídas, jamais se disporão a pagar voluntariamente. Daí a razão pela qual o mercado não pode satisfazer tais necessidades (MUSGRAVE, 1980 p. 29).

Para sair do chamado princípio de exclusão em que o consumidor é incapaz de pagar e assim possuir um bem ou serviço ofertado pelo mercado há a necessidade da atuação do Estado para atender as necessidades sociais prioritárias daquela região e assim distribuir os recursos.

Dentre as atribuições dos entes públicos estatais está a de regular a relação capital *versus* trabalho para que esta intersecção não diminua os direitos de cada parte, envolvendo ambos num estado de respeito e igualdade. Os conselhos reguladores do exercício profissional emergem deste conceito. Em 1946 é criado o Conselho Federal de Contabilidade para fiscalizar o exercício profissional dos contabilistas (contador e técnico de contabilidade), desta forma “é uma autarquia especial de caráter corporativista, sem vínculo com a Administração Pública Federal” segundo o próprio CFC. Sua organização, funcionamento e estrutura são regulamentados pelo Decreto-Lei n. 9.295/46 e normatizado pela Resolução CFC n. 960/03:

Art. 3º Os Conselhos de Contabilidade são organizados e dirigidos pelos próprios contabilistas e mantidos por estes e pelas organizações contábeis, com independência e autonomia, sem qualquer vínculo funcional, técnico, administrativo ou hierárquico com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta.

Uma das competências do CFC é de “elaborar, aprovar e alterar as Normas Brasileiras de Contabilidade e os princípios que as fundamentam” Art 17 item IV da Resolução CFC n. 960/03 sendo assim para definir o que são as normas contábeis, a ABNT conceitua a normalização: “Atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto”.

O Curso Interativo de Terminologia (O Pavel) divulgou que as normas técnicas ou normas de especificação “estabelecem as características ou as especificações de um produto, processo, serviço ou sistema terminológico, que são objeto de um acordo comum”. Como terminologia entende-se:

#### Terminologia

1. Conjunto de palavras técnicas que pertencem a uma ciência, a uma atividade profissional, ou a um grupo social.
2. Disciplina lingüística dedicada ao estudo científico dos conceitos e dos termos usados nas linguagens de especialidade.
3. Atividade profissional, que abrange o estudo científico dos conceitos e dos termos em uso nas linguagens de especialidade (PAVEL, 2007).

A Resolução CFC nº 751/93 que trata sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) afirma em seu artigo primeiro que as NBC “constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos”. Podendo ser classificados como:

Norma Profissional: estabelece as regras para a atuação profissional, prefixo NBC-P.

Norma Técnica: determina os conceitos doutrinários ou procedimentos aplicados de contabilidade, prefixo NBC-T.

Neste estudo as normas obrigatórias são a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental e a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado.

### 3.1.1 Discussão sobre as necessidades sociais e ambientais (SC - ONU);

A Pesquisa Ação Social das Empresas da Região Sul, realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em maio de 2006, com o apoio do BID, da RedeIpea de Pesquisa e do Escritório da Cepal no Brasil.

Entre as questões levantadas observou-se que no período de 1999 a 2004 a região sul realizou ações sociais para a comunidade na proporção de 46%, em 1999, para 67%, em 2004, inclui-se o estado de Santa Catarina participando com 50% em 1999 e crescendo 28 pontos percentuais, ou seja, em 2004 obteve 78% a seleção das empresas pesquisadas, segundo a metodologia aplicada do IPEA, considerou as empresas que tinham cadastro no Ministério do Trabalho e Emprego, composto pela Relação Anual de Informações Sociais – Rais e pelo Cadastro de Empregados e Desempregados – Caged. A amostra é integrada por 1.982 empresas da Região Sul com um ou mais empregados e com fins lucrativos. E a partir de procedimentos estatísticos, é expandida para o total das empresas da região pesquisada, cerca de 260 mil.

Uma das perguntas é sobre o que levaria as entidades que nada fazem a atuar no social, a resposta mais constante foi a falta de recursos financeiros, 58%, seguido de incentivos governamentais com 29%. Apenas 6% destas empresas informou que nada as levaria a atuar no social, mostra que ainda há espaço para o crescimento de outras ações das empresas na área social. A confiabilidade nos trabalhos executados levou 3%, outros e não sabe ou não respondeu somam 2% cada uma.

O IPEA, organização conhecida por suas pesquisas, ajuda a gerar fontes de informação para alcançar em aproximação mais realista as atividades sociais de Santa Catarina. Outra entidade, com renome internacional é a ONU (Organização das Nações

Unidas) criou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e objetivos para serem alcançados até 2015 contempla a erradicação da extrema pobreza e fome; a garantia de que todas as crianças tenham o ensino básico; promove a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduz a mortalidade infantil; melhora a saúde materna; combate a AIDS, a malária e outras doenças; garante a sustentabilidade ambiental e estabelece uma parceria mundial para o desenvolvimento. Nestas circunstâncias percebe-se a importância de tantos fatores para suprir as necessidades humanas. Destes fatores, muitos difíceis de conseguir resultados sem a participação da comunidade local, de órgãos internacionais, órgãos do âmbito estatal e uma peça fundamental: a conscientização de que aquele fator é verdadeiramente necessário em detrimentos dos demais ou até de outros interesses.

Para determinar as necessidades sociais de Santa Catarina foi levado em consideração a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) disponíveis pela Fazenda Estadual para os anos de 2006 e 2007 conforme Lei Estadual n. 13.454, de 25 de julho de 2005 e Lei Estadual n. 13.849, de 31 de outubro de 2006, respectivamente. Esta comparação pretende abranger o máximo possível de comparações a fim de determinar qual é o principal campo afetado pela atuação direta do governo do Estado de Santa Catarina. Interessante afirmar que as necessidades sociais surgem e se aprimoram para atingir outras pessoas e culturas, sendo mutante diante do mundo, a maturação do tempo é capaz de evidenciar qual certa a necessidade mais exata para a sociedade catarinense, conforme o Quadro 6:

<b>Anexo I - Prioridades e Metas para 2007</b>			<b>Anexo I – Prioridades e Metas para 2006</b>		
PODER EXECUTIVO			PODER EXECUTIVO		
<i>Áreas</i>	<i>Classif.</i>	<i>Programas</i>	<i>Áreas</i>	<i>Classif.</i>	<i>Programas</i>
Infra-Estrutura	5º	9	Infra-Estrutura	1º	13
Educação, Ciência e Tecnologia	2º	11	Educação, Ciência e Tecnologia	2º	11
Agricultura, Assistência Social e Política Rural	1º	12	Agricultura, Assistência Social e Política Rural	3º	10
Desenvolvimento Econômico e Gestão	4º	9	Desenvolvimento Econômico e Gestão	4º	9
Cultura, Esporte e Turismo	3º	9	Cultura, Esporte e Turismo	5º	8
Apoio administrativo	7º	7	Apoio Administrativo	6º	6
Saúde	8º	4	Saúde	7º	6
Meio Ambiente	6º	7	Meio Ambiente	8º	4
Segurança Pública	9º	3	Segurança Pública	9º	3
Habitação	10º	1	Habitação	10º	2
<b>TOTAL</b>		<b>72</b>	<b>TOTAL</b>		<b>72</b>

**Quadro 6 - Necessidades Sociais de Santa Catarina**

Fonte: Lei Estadual n. 13.454 de 25 de julho de 2005 e Lei Estadual n. 13.849 de 31 de outubro de 2006.

Portanto, em 2006 a infra-estrutura seguida da educação são as áreas com mais programas de governo. Ressalta-se os incentivos para a agricultura, assistência social e política rural. Os últimos que se repetem nos dois anos (2007-2006) são áreas da saúde, meio ambiente, segurança pública e habitação. Em 2007, a educação permanece na segunda colocação, perdendo apenas para a área de agricultura, assistência social e política rural a agricultura, há outro destaque nas metas do governo estadual que são os programas para a cultura, esporte e turismo.

As normas contábeis indicam um meio pelo qual as entidades possam informar aos usuários as suas ações sociais e ambientais.

### 3.1.2 Normas contábeis para o Balanço Social e para a Demonstração de Valor Adicionado

A NBC T 3.7 conceitua, trata do conteúdo, da estrutura e da nomenclatura da Demonstração de Valor Adicionado (DVA). O conceito de DVA, tratado nesta norma contábil é “a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição”. A apresentação deve ser de forma comparativa entre os dois períodos (atual e anterior), não faz parte das notas explicativas, e deve evidenciar os componentes seguintes:

- ✓ A receita bruta e as outras receitas;
- ✓ Os insumos adquiridos de terceiros;
- ✓ Os valores retidos pela entidade;
- ✓ Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;
- ✓ Valor total adicionado a distribuir; e
- ✓ Distribuição do valor adicionado.

O Balanço Social possui norma contábil específica, a NBC T 15, que trata das informações de natureza social e ambiental que evidencia a participação e responsabilidade social da entidade. Entende-se como informação de natureza social e ambiental a geração e distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo, e a interação com o meio ambiente. Estas informações podem ter origem contábil ou não, e caso não constem nos demonstrativos contábeis devem aparecer nas notas explicativas. Da mesma forma que a DVA, este demonstrativo também necessita da comparação entre o ano atual e o ano anterior.

O item de geração e distribuição da riqueza é a informação que tem origem no Demonstrativo de Valor Adicionado. Portanto os dois demonstrativos possuem relação direta. Os recursos humanos são informações referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade. Há

detalhamento do menor e maior salário, empregados por sexo, demitidos admitidos e outros. Na interação da entidade com o ambiente externo apresenta a relação da entidade com os fornecedores e clientes, além da interação com a comunidade através de ações educacionais (exceto de finalidade ambiental), culturais, de saúde, esporte e lazer (sem considerar patrocínios e publicidade) e alimentação. A relação da entidade com as reclamações recebidas de clientes, órgãos de defesa do consumidor e da justiça, as multas e indenizações a clientes também são declarados. Na interação com o meio ambiente devem ser evidenciados:

- ✓ investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- ✓ investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- ✓ investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- ✓ investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- ✓ investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- ✓ quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- ✓ valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- ✓ passivos e contingências ambientais.

Este demonstrativo não é rígido quanto à vontade da entidade de divulgar outras informações não constantes nessa norma.

As normas contábeis não restringem o profissional contabilista sobre as informações de cunho social e ambiental, na verdade, abrem um campo grande de opções e que tem como resultado esperado apresentar as ações sociais e ambientais que a entidade pela qual responde.

### 3.1.3 Áreas sociais atingidas e comentários

A preocupação com o meio ambiente é o foco de muitos dos projetos premiados pela ADVB/SC. Dentre os dezessete projetos, nove tratam da ecologia, da preservação, da reeducação ambiental como principal motivo para realizarem a ação. Grande deve ser a preocupação nesta área, podendo afetar a continuidade de seus negócios ou a preocupação com o futuro das próximas gerações. A questão do aquecimento de água por energia solar, que ajuda no problema de energia de algumas regiões do país, auxilia na cidadania, na saúde, na inserção social. O plantio de mudas nativas para a preservação de espécies, da biodiversidade, beneficia famílias e soluciona outros problemas sociais como o desemprego e a renda.

A educação também merece destaque. Há dois projetos que focam a área da educação profissional, na visão de como inserir ideais de trabalho e perspectivas de futuro

para crianças e adolescentes. O emprego através do trabalho assalariado para muitos é a única forma de suprir as necessidades primárias, além disso, há outra preocupação: a manutenção do trabalho, que para a maioria a incerteza da estabilidade empregatícia. A educação de nível superior para pessoas que estudam em escolas públicas com ensino de qualidade e preço reduzido injeta na comunidade um senso de igualdade ou mesmo de possibilidade de que todos possam conseguir chegar a uma universidade, é muito importante para a satisfação pessoal e para toda a comunidade que só tem a ganhar com pessoas mais qualificadas e realizadas.

A solidariedade está praticamente intrínseca em todos os projetos, mesmo assim a mobilização de pessoas para auxiliar áreas da sociedade mais expostas a falta de suprimentos básicos é comovente e faz com que a região afetada por este tipo de ação fique mais atenta aos problemas locais e colabore com mais facilidade gerando o que se pode chamar de corrente do bem, em que cada um ajuda no que pode e quem é ajudado ajuda outras pessoas.

Outro ponto importante é a cultura, abrangida por dois projetos. Um deles busca a integração pessoal através da cultura e o outro mescla a preservação com a cultura para auxiliar a preservação de espécies ameaçadas.

Sendo assim as áreas sociais atingidas pelos projetos podem se resumir em:

- ✓ Meio ambiente;
- ✓ Educação;
- ✓ Trabalho;
- ✓ Cultura;
- ✓ Cidadania;
- ✓ Assistência Social.

A Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999, discrimina as despesas por funções e estabelece que função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público e por subfunção uma partição da função. Para esta pesquisa pretende-se apresentar essas categorias para se entender como são divididas as áreas abrangidas pelos orçamentos públicos estatais no Brasil e a conexão com as áreas sociais atingidas pelos projetos premiados pela ADVB/SC.

Entende-se que o ente público possui deveres quanto a aplicação dos recursos, obedecendo a essencialidade e necessidade de cada comunidade em determinado tempo, assim considera-se que não apenas as funções clássicas da manutenção da ordem, da segurança e serviços públicos são principais, há que se entender todo o contexto socioeconômico para ter certeza das funções mais importantes para cada época e sociedade.

No Quadro 7 - Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999apresenta-se a - Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999:

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES	FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 – Legislativa	031 - Ação Legislativa	15 - Urbanismo	451 - Infra-Estrutura Urbana
	032 - Controle Externo		452 - Serviços Urbanos
02 – Judiciária	061 - Ação Judiciária	16 - Habitação	453 - Transportes Coletivos Urbanos
	062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		481 - Habitação Rural
03 - Essencial à Justiça	091 - Defesa da Ordem Jurídica	17 - Saneamento	482 - Habitação Urbana
	092 – Representação Judicial e Extrajudicial		511 - Saneamento Básico Rural
04 - Administração	121 – Planejamento e Orçamento	18 - Gestão Ambiental	512 - Saneamento Básico Urbano
	122 - Administração Geral		541 - Preservação e Conservação Ambiental
	123 - Administração Financeira		542 - Controle Ambiental
	124 - Controle Interno		543 - Recuperação de Áreas Degradadas
	125 - Normatização e Fiscalização	19 - Ciência e Tecnologia	544 - Recursos Hídricos
	126 - Tecnologia da Informação		545 - Meteorologia
	127 - Ordenamento Territorial		571 - Desenvolvimento Científico
	128 - Formação de Recursos Humanos		572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
	129 - Administração de Receitas		573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
	130 - Administração de Concessões	20 - Agricultura	601 - Promoção da Produção Vegetal
05 - Defesa Nacional	151 - Defesa Aérea		602 - Promoção da Produção Animal
	152 - Defesa Naval		603 - Defesa Sanitária Vegetal
	153 - Defesa Terrestre		604 - Defesa Sanitária Animal
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento		605 - Abastecimento
	182 - Defesa Civil		606 - Extensão Rural
	183 - Informação e Inteligência		607 - Irrigação
07 - Relações Exteriores	211 - Relações Diplomáticas	21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária
	212 - Cooperação Internacional		632 - Colonização
08 – Assistência Social	241 - Assistência ao Idoso	22 - Indústria	661 - Promoção Industrial
	242 - Assistência ao Portador de Deficiência		662 - Produção Industrial
	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		663 - Mineração
	244 - Assistência Comunitária		664 - Propriedade Industrial
09 – Previdência Social	271 - Previdência Básica		665 - Normalização e Qualidade
	272 - Previdência do Regime Estatutário	23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial
	273 - Previdência Complementar		692 - Comercialização
	274 - Previdência Especial		693 - Comércio Exterior
10 – Saúde	301 - Atenção Básica		694 - Serviços Financeiros
	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		695 - Turismo
	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	24 - Comunicações	721 - Comunicações Postais
	304 - Vigilância Sanitária		722 - Telecomunicações
	305 - Vigilância Epidemiológica	25 - Energia	751 - Conservação de Energia
	306 - Alimentação e Nutrição		752 - Energia Elétrica
11 – Trabalho	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador		753 - Petróleo
	332 - Relações de Trabalho		754 – Alcool
	333 – Empregabilidade	26 - Transporte	781 - Transporte Aéreo
	334 - Fomento ao Trabalho		782 - Transporte Rodoviário
12 – Educação	361 - Ensino Fundamental		783 - Transporte Ferroviário
	362 - Ensino Médio		784 - Transporte Hidroviário
	363 - Ensino Profissional		785 - Transportes Especiais
	364 - Ensino Superior	27 - Desporto e Lazer	811 - Desporto de Rendimento
	365 - Educação Infantil		812 - Desporto Comunitário
	366 - Educação de Jovens e Adultos		813 - Lazer
	367 - Educação Especial	28 - Encargos Especiais	841 - Refinanciamento da Dívida Interna
13 – Cultura	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		842 - Refinanciamento da Dívida Externa
	392 - Difusão Cultural		843 - Serviço da Dívida Interna
14 - Direitos da Cidadania	421 - Custódia e Reintegração Social		844 - Serviço da Dívida Externa
	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		845 - Transferências
	423 - Assistência aos Povos Indígenas		846 - Outros Encargos Especiais

**Quadro 7 - Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999**

Fonte: Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional (2007).

A Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil, seccional de Santa Catarina (ADVB/SC) divulgou em cinco de outubro de 2006 o prêmio “Empresa Cidadã” 2006 na intenção de estimular as ações de responsabilidade social, na sua oitava edição. O evento foi realizado no Clube Harmonia Lyra em Joinville (SC). Naquele momento o presidente Natanael Santos de Souza contou com a colaboração de jurados para avaliarem os projetos, sendo estes:

- Marcio Bulgarelli – presidente da Arte Solidária.
- Doutora Nana Mininni Medina – diretora geral da Fundação Universitária Ibero-Americana (FUNIBER).
- Marilise Klaus Einsfeldt – fundadora do Núcleo de Responsabilidade Social da Associação Comercial e Industrial (ACIJ) e consultora da Lauster, empresa especializada em pesquisa de mercado e responsabilidade social corporativa.
- Maria José Fettback – Secretária Municipal do Bem-Estar Social de Joinville (SC).

Nos parágrafos seguintes faz-se uma apresentação da procedência histórica de cada entidade vinculada aos jurados.

A organização não governamental sem fins lucrativos “Arte solidária” de caráter artístico, sócio-assistencial, educacional e ambientalista, declara-se de utilidade pública municipal e estadual com sede em Florianópolis (SC), fundada em 2000.

A Fundação Universitária Ibero-americana (FUNIBER) é uma rede acadêmica e profissional com presença em 16 países, composta atualmente por mais de 40 universidades européias e latino-americanas e por muitas empresas e organismos de presença e renome internacional. Fundada em 1997, em Barcelona, na Espanha.

A Associação Empresarial de Joinville (SC), ACIJ, fundada em 1911, conta com mais de 1500 empresas associadas, das quais mais de 75% são empresas de micro e pequeno porte. Possui núcleos de apoio para diversas áreas da atividade empresarial, sendo a de destaque aqui o Núcleo de Responsabilidade Social.

A Lauster Responsabilidade Social Corporativa presta consultoria e fornece soluções de gestão que unem competitividade e sustentabilidade, sediada em Joinville (SC).

### *3.2 Apresentação das empresas*

De acordo com o levantamento realizado nos sítios eletrônicos das entidades e jornais de grande circulação, chega-se à construção do Quadro 7 que serve como base para a



análise das entidades no capítulo 4, sendo escolhidas aquelas que divulgaram algum demonstrativo contábil referente ao ano de 2006, pois é ano dos projetos pesquisados:

nº	Empresas	Sede Matriz	Meio	Balanco Social	DVA	BP/ DRE/ DMPL/ DOAR	DFC	Outros
1	BRASIL TELECOM	Brasília/DF	site	Relatório Social de 2006	2006-2005	2006-2005	2006-2005	Código de Ética
2	CELESC	Florianópolis/SC	site	2006-2005	2006-2005	2006-2005	2006-2005	Relatório sobre o Balanço Social 2006
3	CELULOSE IRANI	Porto Alegre/RS	site		2006	2006-2005		Relatório de Sustentabilidade
4	COMFLORESTA	Campo Alegre/SC	jornal			2006-2005		
5	EBV	São José/SC						
6	EMPRESAS RIO DESERTO	Criciúma/SC						
7	INSTITUTO ENGEVIX (PRESE)	Florianópolis/SC						
8	RBS TV JOINVILLE	Porto Alegre/RS						
9	REDE RECORD – VALE DO ITAJAI E NORTE	São Paulo/SP						
10	REDE SC – SBT JOINVILLE	Florianópolis/SC						
11	SIECESC	Criciúma/SC						
12	SULCATARINENSE	Biguaçu/SC						
13	TRANSPETRO	Rio de Janeiro/RJ						
14	UNISUL	Tubarão/SC						
15	VEGA DO SUL – ACELOR BRASIL	São Francisco do Sul/SC						

**Quadro 8 - Entidades ADVB/SC 2006**

Fonte: Autora.

De acordo com o prêmio foram quinze entidades ganhadoras. No Quadro 8 levanta-se quais entidades publicam o Balanço Social, Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) além das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado (DRE), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e outros relatórios.

Nota-se que do total de quinze entidades premiadas apenas quatro são passíveis de análise comparativa. Para estas são detalhadas as informações de natureza social e ambiental por meio de padrões estabelecidos no próximo capítulo. Entretanto, independente de divulgar ou não, todas as entidades são compostas de dados de sua origem, atuação, fundação e outras informações que as mesmas escolhem importantes para o público e são estas as seleções agrupadas que se detalham nos parágrafos posteriores.

A entidade Brasil Telecom fundada em 1998 possui filiais em nove estados (Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e mais o Distrito Federal, onde se encontra sua sede. Começou no ramo da telefonia fixa local, e hoje atua nas ligações a longa distância, internacionais, conexão a internet inclusive provedores, telefonia móvel. E em 2005, segundo sua publicação do Balanço Social modelo IBASE, possuía 6.872 colaboradores ao final no período.

Em dezembro de 1955 foi criada a Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc, e aos poucos foi incorporando as pequenas e médias empresas fornecedoras de energia elétrica para suprir as necessidades do grande desenvolvimento impulsionado pelo governo de Juscelino Kubitschek. A consolidação técnica da Celesc e o delineamento definitivo do sistema elétrico estadual ocorreram a partir de 1965, com a construção da Linha de Transmissão Tubarão – Lages – Joaçaba – São Miguel d'Oeste. O número de colaboradores em 2005 era de 3.590 pessoas.

A Celulose Irani S.A., de capital aberto, fundada em 1941, produz papéis *Kraft*, chapas e embalagens de papelão ondulado, móveis de pinus, madeiras e resinas. Possui unidades de negócios distribuídos nas localidades Vargem Bonita (SC), Santana de Parnaíba (SP), Rio Negrinho (SC), Balneário Pinhal (RS) e São José do Norte (RS). Possui escritórios em São Paulo (SP), Joaçaba (SC) e matriz em Porto Alegre (RS). Em 2005 a empresa tinha 1.855 colaboradores.

Fundada em 1971 e sediada no município de Campo Alegre (SC), a Comfloresta participa em dezessete cidades nos estados de Santa Catarina e Paraná. Desde 1974 faz parte do grupo Brascan Brasil. Possui área total de 55.210 hectares dos quais são manejados 23.627 hectares de florestas plantadas e área disponível, o restante é floresta nativa. Seu principal produto é a madeira roliça em tora.

A EBV (Empresa Brasileira de Vigilância) oferece serviços de vigilância, segurança eletrônica, limpeza, conservação e serviços especiais. Está há mais de 33 anos no mercado. Atua com aproximadamente 4500 funcionários. A sede da empresa é em São José (SC).

Fundada em 1918 por imigrantes italianos, a Indústria Carbonífera Rio Deserto, foi uma das primeiras empresas do grupo Empresas Rio Deserto e não se limitou apenas à extração de carvão mineral, mas a sua industrialização e na diversificação de atividades. Está localizada na região sul de Santa Catarina, e possui um conjunto de empresas atuando em cítricos, termelétricas, fundição, metalurgia, saneamento, botijões de gás, redes de transmissão (elétrica/telefonia), transportes, análises químicas/pesquisa/laboratório,

cerâmica/colorifício, vidraria, siderurgia, eletrotécnica, alimentação animal, florestamento e reflorestamento.

O Instituto Engevix, fundado em 2004, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, destinada a atender crianças e adolescentes, na faixa etária dos 07 aos 18 anos. Seu objetivo é buscar continuamente formas inovadoras de enriquecer o aprendizado e a capacidade criativa de cada criança e adolescente, auxiliando no seu desenvolvimento biopsico-pedagógico e social.

Fundada em Porto Alegre (RS) no ano de 1957, a RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação) tem veículos de comunicação de massa no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de sucursais multimídia e escritórios comerciais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, o que a torna o maior grupo de comunicação multi-regional do Brasil. Em 2005 tinha 4.761 colaboradores pertencentes ao Grupo RBS.

A TV Record entrou no ar em setembro de 1953 com a exibição de um programa musical, sua sede é no município de São Paulo (SP), sendo uma sociedade anônima de capital fechado.

A Rede SC é uma das emissoras do grupo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) fundado em 1981 com sede em São Paulo (SP) com cerca de cinco mil funcionários na rede nacional. A Rede SC nasceu em 1989. A Rede SC/SBT opera com quatro emissoras-geradoras de televisão nas cidades de Florianópolis, Chapecó, Joinville e Blumenau, uma rádio AM na grande Florianópolis (Rádio Mais Alegria), um jornal na Grande Florianópolis (Notícias do Dia) e cem repetidoras em todo o estado.

O SIECESC - Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina criado em 18 de outubro de 1989, na cidade de Criciúma (SC). Sua origem foi a partir da ACIEC - Associação Catarinense da Indústria de Extração do Carvão, instituída em 14 de outubro de 1987.

Com o objetivo de suprir vários ramos da engenharia nasce, em 1982, a Sulcatarinense. Inicialmente, suas áreas de atuação foram a construção pesada e a produção e comercialização de pedra britada. Após isso, passou a atuar no setor da construção civil. A sede da matriz é em Biguaçu (SC).

Maior armadora da América Latina e principal empresa de logística e transporte do Brasil, a Petrobrás Transporte S.A.- Transpetro atende às atividades de transporte e armazenagem de petróleo e derivados, álcool e gás natural, operando uma frota de 51 navios,

10 mil quilômetros de malha dutoviária e 44 terminais terrestres e aquaviários. A empresa, subsidiária integral da Petrobrás, foi criada em junho de 1998.

Unisul foi criada em 1964, sendo uma universidade comunitária, sem fins lucrativos. Surgiu em Tubarão (SC) como FESSC, Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, transformando-se em universidade em 1989. A Unisul possui quatro campi instalados nos municípios de Tubarão, Araranguá (1992), Palhoça (1996) e Florianópolis (2002), com unidades em várias cidades de sua área de abrangência. No ensino, conta com cerca de vinte e cinco mil alunos, distribuídos em mais de 50 cursos de graduação, pós-graduação e ensino a distância. A educação pré-escolar e o ensino fundamental e médio são oferecidos pelo Colégio Dehon, órgão complementar da Universidade.

A Vega do Sul é uma unidade industrial especializada na transformação de aços carbonos planos. Tem como principal acionista o Grupo Arcelor (75%), um dos maiores produtores mundiais de aços, líder no fornecimento para a indústria automotiva em todo o mundo. Os outros 25% das ações são controlados pela CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), fornecedora de matéria-prima (bobinas laminadas a quente), e um dos mais modernos produtores de aço integrado. O Grupo Arcelor é resultado da fusão da Usinor, Arbed e Acerália, em 2002. Sua produção anual é de 47 milhões de toneladas, mantendo um quadro de 95 mil funcionários. No Brasil, a produção da Arcelor divide-se em três grandes linhas: aços carbonos planos, aços longos e aços inoxidáveis. São Francisco do Sul foi escolhida como base da unidade industrial devido à localização estratégica em relação às montadoras do Sul e Sudeste do país e do Mercosul, e à proximidade ao porto de São Francisco do Sul, ferrovia e rodovia.

Na sequência apresentam-se os projetos ganhadores do prêmio da ADVB/SC.

### 3.1.1 Projetos premiados

Ressalta-se mencionar que no ano de 2006 aconteceu outro concurso de responsabilidade social o “Prêmio Balanço Social Aberje Apimec Ethos Fides IBASE”, na 5ª edição, realizado pela ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), FIDES (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Este evento leva em conta, entre outros, a governança corporativa que visa

aprimorar a relação dos investidores com a empresa, os princípios éticos, o comprometimento, a apresentação das informações, suas qualificações por meio de certificados dentre outros.

Assim, pode se afirmar que estes prêmios buscam de forma comum uma maior transparência e participação com a comunidade e meio ambiente na visão de encontrar uma situação que seja melhor para todos, governo, sociedade, empresários, cidadãos, natureza e para o futuro.

Diante da apresentação do rol das entidades, de seus jurados e de quais demonstrações contábeis incluindo o balanço social divulgam, faz-se importante discriminar os projetos ganhadores de acordo com a classificação da ADVB/SC, todos realizados no estado de Santa Catarina, conforme Quadro 9:

<b>PARTICIPACAO COMUNITÁRIA</b>			
1	Projeto energia do futuro - aquecimento solar	CELESC	Florianópolis
2	Projeto tó ligado - capacitação profissional para eletricitistas predial	CELESC	Florianópolis
3	Produção de mudas nativas, ajudando famílias e o meio ambiente	COMFLORESTA	Campo Alegre
4	Centro de formação e aperfeiçoamento profissional Ltda - Geração de Cidadania	EBV	São José
5	PRESE – Programa Sócio-Educativo	INSTITUTO ENGEVIX	Florianópolis
6	Içara + Doce	EMPRESAS RIO DESERTO	Criciúma
7	Record Cidadã - Ano 2	REDE RECORD	Itajaí
8	Promovendo cidadania e lazer no Dia do Trabalhador	REDE SC	Joinville
9	O visto de entrada na universidade para os alunos de escola pública	UNISUL	Tubarão
10	Protegendo os Costões	VEGA DO SUL	São Francisco do Sul
<b>DESENVOLVIMENTO CULTURAL</b>			
11	Aproximando pessoas através da cultura	BRASIL TELECOM	Florianópolis
12	Oficinas de desenvolvimento cultural e capacitação comunitária	TRANSPETRO	São Francisco do Sul
<b>PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>			
13	Mecanismo de desenvolvimento limpo usina de cogeração	CELULOSE IRANI	Vargem Bonita
14	Estação biológica Costão da Serra	EMPRESAS RIO DESERTO	Criciúma
15	Preservar é inteligente, preserve para o futuro	RBS TV	Joinville
16	Preservar é possível	SIECESC	Criciúma
17	Pavimentação de SC 408: modelo bem-sucedido de gestão ambiental	SULCATARINENSE	Biguaçu

**Quadro 9 - Projetos das entidades premiadas ADVB/SC**

Fonte: Autora.

A seguir são apresentados os projetos detalhados por cada entidade em seus sítios eletrônicos:

### *1 Projeto energia do futuro - aquecimento solar - CELESC*

*Energia do Futuro:* objetiva implementar sistemas de aquecimento de água a partir da energia solar, produzidos com garrafas *pets* e caixas *tetrapark*, em residências de comunidades de baixa renda, entidades sociais sem fins lucrativos e escolas. Além

de disponibilizar a tecnologia de confecção do aquecedor. São desenvolvidas atividades educativas de preservação do meio ambiente e uso racional de energia. O sistema piloto implementado em fevereiro de 2006, na Casa Familiar do Mar em Laguna (SC), instituição que capacita 30 jovens para a profissão de pescador, em período integral, estimulando a permanência deles na comunidade e a preservação dos valores culturais locais, apresentou evidências quanto à eficiência e eficácia, chegando à redução no consumo de energia elétrica em torno de 40%. Resultando na implantação do aquecedor nos Municípios de Tubarão Associação Beneficente dos Empregados da Celesc - ABECELESC, em Blumenau na Escola Básica Municipal Professora Helena Marta Natália Winckler, em Joinville no Centro de Formação João de Paula. Tendo em vista a relação custo-benefício deste trabalho, o projeto está sendo ampliado em nível estadual, com a formação de multiplicadores, junto às 16 Agências Regionais da Celesc, para que seja implantado em outras instituições e comunidades (CELESC, 2007).

Este projeto liga-se ao Desenvolvimento Econômico e Gestão (conforme Quadro 6), por propiciar menor gastos para a manutenção da instituição Casa Família do Mar, ao Meio ambiente, Tecnologia e Assistência Social por criar outras fontes de energia renováveis através do conhecimento, percepção de melhores condições para uso ambientalmente mais correto de energia limpa e dar apoio a projetos comunitários. Na Portaria n. 42/99 (página **Error! Bookmark not defined.**) a multi relação está na função 25 – Energia, mais especificamente na subfunção conservação de energia; função 19 – Ciência e Tecnologia, subfunção difusão do conhecimento científico e tecnológico e 08 – Assistência Social por dar assistência comunitária.

## *2 Projeto tô ligado - capacitação profissional para eletricitas predial - CELESC*

*To Ligado:* objetiva promover, por meio de capacitação e ações dirigidas, a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho, estimular o desenvolvimento pessoal e combater a violência. A primeira etapa foi realizada em 2005/2006 com o curso de eletricitas predial em parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, o Centro Cultural Escrava Anastácia-CCEA, a Associação Catarinense de Construtores de Obras em Redes de Energia Elétrica - ACECORE e a Celesc. Dirigido á 41 jovens de idade entre 16 e 24 anos, foram capacitados 21 jovens, destes 14 receberam o certificado de conclusão, e foram inseridos no mercado de trabalho. Tendo em vista a necessidade de eletricitas de rede capacitada, manifestado pela ACECORE, em 2007 o projeto será estadualizado, ampliando as demais regionais com o curso de eletricitas de rede, possibilitando a inclusão destes jovens pelas empreiteiras, por meio de parceria com a ACECORE. (CELESC, 2007).

Considera-se que a criação de emprego esteja na área de Desenvolvimento Econômico e Gestão e por promover inclusão social apóia a Segurança Pública conforme as metas de Santa Catarina. Conecta-se a função 11 – Trabalho, 12 – Educação , 08 – Assistência Social, 14 – Direitos da Cidadania da Portaria n. 42/99 (Quadro 7).

## *3 Produção de mudas nativas, ajudando famílias e o meio ambiente - COMFLORESTA*

O programa da Comfloresta de Produção de Mudas de Árvores Nativas, tem proporcionado a mulheres de mais de 30 famílias de Cubatão, em Campo Alegre (SC), cidade onde está sediada a empresa, trabalhar em casa e acompanhar o

crescimento dos filhos. O projeto é monitorado por técnicos e engenheiros da empresa e cada família chega a produzir até 1.000 mudas mensais que são adquiridas pela Comfloresta e comunidade gerando por volta de R\$ 420,00 de renda mensalmente (BRASCAN, 2007).

Para o Anexo I das metas e prioridades de Santa Catarina (Quadro 6) este projeto atinge as áreas de Desenvolvimento Econômico e Gestão além do Meio Ambiente, por dar maior renda às famílias e preservar o ambiente com o plantio de mudas, e da Assistência Social por proporcionar crescimento da comunidade local. Pela Portaria há a função 08 – Assistência Social, por dar assistência comunitária levando mais oportunidades a comunidade carente, 14 – Direitos da Cidadania por deixar mais uma opção à comunidade de suprir suas necessidades básicas, como Maslow (capítulo 4) explica em sua hierarquia de necessidades, além de atingir a função 18 – Gestão Ambiental, na preservação de árvores nativas.

#### *4 Centro de formação e aperfeiçoamento profissional Ltda - Geração de Cidadania - EBV*

Oferece os cursos de primeiros socorros, análise de risco, armamento - normas gerais, planejamento da segurança empresarial, aperfeiçoamento de serventes, supervisão de serviços, relações humanas no trabalho, sensores de incêndio, sistemas de segurança eletrônica, rastreamento de veículos.

A capacitação profissional oferece oportunidade de emprego e por conseguinte renda, portanto, as áreas de Desenvolvimento Econômico e Gestão e a de Assistência Social são as quais mais se encaixam nesse projeto, segundo o governo de SC (Quadro 6). Para o Quadro 7, Trabalho; na melhoria da empregabilidade; Educação no ensino profissionalizante; Direitos da Cidadania na satisfação de necessidades individuais e coletivas de forma que o indivíduo possa se realizar e trazer ao seu entorno maior felicidade.

#### *5 PRESE – Programa Sócio-Educativo – INSTITUTO ENGEVIX*

Desde o início, fez-se presente a necessidade de buscar identificar os reais interesses do público-alvo, em relação ao atendimento prestado, especialmente no que diz respeito às oficinas sócio-educativas, e assim, aos poucos, foram sendo criadas as oficinas hoje existentes. Dentre as diversas atividades desenvolvidas, os alunos recebem cursos na área de informática onde são trabalhados conteúdos teórico-práticos, oportunizando uma futura inserção qualificada de seu público-alvo ao mercado de trabalho, tendo em vista as exigências impostas pelo crescente processo de transformações tecnológicas que afetam diretamente a esfera do trabalho. Todas as oficinas e cursos, no contexto do INSTITUTO ENGEVIX, contemplam questões importantes como a ética e a dignidade, fundamentais no processo de formação do indivíduo (INSTITUTO ENGEVIX, 2007).

A Educação e o Desenvolvimento Econômico e Gestão por dar aulas de informática para conseguir melhores chances no mercado de trabalho. Conforme Quadro 7 a função 19 –

Ciência e Tecnologia por disseminar o conhecimento de informática para jovens e da função 11 – Trabalho por fomentar e preparar para o mercado de trabalho.

#### *6 Içara + Doce – EMPRESAS RIO DESERTO*

Projeto desenvolvido em conjunto com outras entidades e participação dos agricultores, recupera a produção de mel na região de Içara.

Mais flores, mais mel. Essa máxima que fez de Içara a cidade mais doce do Brasil, por se destacar na fabricação de mel, está ameaçada pela possibilidade de, num curto espaço de tempo, não existir mais eucalipto melífero no município e na região. Conforme pesquisa dos próprios apicultores, a agricultura e o plantio de outros tipos de eucalipto reduzem a área destinada à espécie utilizada na produção de mel. Comprometido com o desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que está inserido, o grupo empresarial Rio Deserto, por meio de uma de suas empresas, a Florestamento e Reflorestamento do Sul – Florisul -, resolveu intervir para reverter a situação.

Ao lançar o projeto Içara + Doce, em maio de 2005, a empresa contou com parcerias para ajudar na sobrevivência dos produtores da região e, conseqüentemente, da economia local. E já podem ser constatados os primeiros resultados pela união do grupo que acreditou na importância de apoiar a atividade.

A divulgação é feita durante a programação da Rádio Difusora, enquanto a Associação dos Apicultores e a Secretaria de Agricultura realizam o cadastramento dos produtores e verificam o tamanho da área a ser florestada ou reflorestada. A Floresul doa as mudas para a produção de néctar, a Epagri presta orientações técnicas aos produtores, e a Unisul realiza as estatísticas do projeto. O grupo recebeu apoio da Unesc, por meio do Laboratório de Mel. Os produtores são capacitados para preservar e trabalhar também com abelhas nativas, que exigem atenção especial em função da sua fragilidade.

No ano passado, a Floresul distribuiu 120 mil mudas de eucalipto melífero, e a Secretaria de Agricultura, 30 mil. No total, 47 propriedades foram beneficiadas, e as perdas no plantio foram de apenas 1%. Com a primeira floração, em dois anos, deve ocorrer um aumento de 10% na produção de mel do município de Içara, ou seja, cerca de 50 toneladas. A seriedade da proposta resultou na adesão de órgãos públicos e privados e, o que é mais importante, na participação da comunidade (ABCM, 2007).

A Política Rural (Quadro 6), por desenvolver a apicultura, e a função Assistência Social na medida em que os agricultores possam continuar exercendo suas atividades na produção de mel, além da função Meio Ambiente, por melhorar a diversidade de espécies de eucaliptos e o Desenvolvimento Econômico da região por dar maior expressividade no mercado de mel são as áreas atingidas nesse projeto segundo as classificações do Estado de Santa Catarina.

Pela Portaria n. 42/99, (Quadro 7), as funções de Trabalho, por gerar mais retorno aos apicultores e assim oferecer oportunidades de emprego, a Agricultura por promover a produção animal, também por plantar atinge a subfunção promoção da produção vegetal e como promove a recuperação de áreas, a função Gestão Ambiental é também atingida.

#### *7 Record Cidadã - Ano 2 – REDE RECORD*

O Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-Estrutura implantou o projeto Semasa Solidária. Com a parceria da TV Record, foram colocados no ar três (03) comerciais com as palavras da presidente da Apae, Yvone Garrozi, do



apresentador da emissora, Graciliano Rodrigues e do diretor geral da autarquia, Marcelo Sodré. Eles pediam a colaboração da população na doação de materiais de limpeza para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Itajaí. A arrecadação aconteceu nos três maiores supermercados da cidade, na sede da TV Record e na sede do Semasa. O resultado foi uma arrecadação de quase 400 itens de material de limpeza, doados à Apae. “Só através de parcerias com empresas comprometidas com o bem-estar social é que podemos implantar o projeto Record Cidadã e hoje receber este prêmio”, comemora o diretor da TV Record, Sandro Cavallari. O Semasa comemora a vitória da TV Record e acredita que as parcerias são o melhor meio de conquistar bons resultados para a sociedade. “Nós parabenizamos a TV Record e agradecemos a oportunidade de fazer parte desse case demonstrando o quanto o Semasa preocupa-se com a qualidade de vida de cada itajaense”, finaliza Sodré (PREFEITURA DE ITAJAÍ, 2007).

A função Assistência Social conforme Quadro 6 e a subfunção Assistência ao Portador de Deficiência conforme Portaria n. 42/99 são atingidas nesse projeto devido ao apoio ao portadores com necessidades especiais ao supri-los com materiais de limpeza.

### *9 O visto de entrada na universidade para os alunos de escola pública – UNISUL*

Bolsa para egressos de Escola Pública

Para candidatos classificados que tenham concluído o ensino médio regular ou por supletivo em escolas públicas ou comprovem que receberam bolsa ou auxílio que garantiram gratuidade em todo o ensino médio cursado em escolas particulares, a Unisul concede bolsa de 50% do valor da mensalidade, no decorrer de todo o curso. É candidato qualificado a concorrer ao benefício nesse processo seletivo, o portador de conclusão de ensino médio, [...] sendo que os que estudaram gratuitamente em escolas particulares deverão comprová-lo (UNISUL, 2007).

A Educação de Ensino Superior (Quadro 7), Direito da Cidadania e Assistência Social são as funções da Portaria n. 42/99 abrangidas por este projeto porque dá a oportunidade de realizar a necessidade individual ou coletiva do acesso ao ensino superior, e beneficia toda a comunidade. Como correspondência, dentro da classificação de Santa Catarina, as funções Educação e Assistência Social são atingidas.

### *10 Protegendo os Costões – VEGA DO SUL*

Desenvolvido pela Arcelor Brasil em parceria com a Associação dos Maricultores do Paulas (Amacop), em São Francisco do Sul (SC), o projeto Protegendo os Costões tem como objetivo evitar o comprometimento da biodiversidade costeira da região por meio do fornecimento de uma alternativa sustentável para a retirada das “sementes” de mariscos dos costões. Além disso, o projeto contribui para fixar a família na comunidade, promovendo o crescimento da fonte de renda em harmonia com o meio ambiente.

A controlada Vega do Sul fornece suporte para o planejamento geral das atividades e o patrocínio de materiais aos pescadores artesanais, que cultivam mariscos em coletores artificiais para a produção de sementes. A meta da iniciativa é eliminar a retirada de semente dos costões. Entre os resultados do programa estão: eliminação do risco de extinção do mexilhão Perna perna, preservação do ecossistema e da biodiversidade costeira, incentivo à maricultura local, e maior garantia de emprego, renda e qualidade de vida às famílias beneficiadas (ACELOR, 2007).

A função Meio Ambiente, pela manutenção da biodiversidade, a Assistência Social por promover o crescimento da renda das famílias atingidas, a Gestão Ambiental porque tem

o controle ambiental além da função Trabalho por dar alternativa rentável aos maricultores são as funções da Portaria n. 42/99 abrangidas por este projeto (Quadro 7).

### *12 Oficinas de desenvolvimento cultural e capacitação comunitária - TRANSPETRO*

O projeto Cinturão Verde do Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul lançou no dia 18 de setembro uma nova ação voltada à comunidade: as Oficinas de Desenvolvimento Cultural e Capacitação Comunitária. Na cerimônia de abertura, Luiz Vicente Maurer, gerente dos Terminais Aquaviários do Paraná e Santa Catarina, destacou que o projeto Cinturão Verde conquistou mais um prêmio regional: o Troféu ADVB Empresa Cidadã - SC na categoria Desenvolvimento Cultural. O Cinturão Verde está sendo premiado pelo terceiro ano consecutivo; em 2004, venceu na categoria Responsabilidade Social e em 2005, na de Preservação Ambiental (TRANSPETRO, 2007).

A função Cultura (Quadro 7), primeira vez atingida por um projeto, decorre do desenvolvimento de oficinas culturais que envolvem a comunidade e, portanto a função Assistência Social também abrange além da função Trabalho, por capacitar a comunidade para outras fontes de renda e gerar meios para sua própria sustentabilidade.

### *13 Mecanismo de desenvolvimento limpo usina de cogeração – CELULOSE IRANI*

A Celulose Irani S.A é a primeira Empresa brasileira do setor de papel e celulose, e a segunda no mundo, a ter créditos de carbono emitidos pelo Protocolo de Quioto. Os certificados têm origem em um projeto de co-geração de energia elétrica à base de biomassa (...) Os créditos de carbono provenientes do projeto já foram vendidos para a Shell, que os usará para atingir as metas de redução de emissões de suas fábricas localizadas em países industrializados, conforme determina o Protocolo de Quioto.

O projeto entrou em funcionamento no final de 2004 e, por meio dele, foram desativadas sete caldeiras antigas com redução do consumo de 700 toneladas/mês, em média, de óleo BPF (combustível fóssil). O projeto também gera, em média, 7,5 MWh de energia elétrica que a empresa deixou de comprar da concessionária. O combustível usado são os resíduos florestais das suas atividades e resíduos florestais de empresas madeireiras instaladas na região. Os resíduos florestais, que antes não eram aproveitados, quando degradavam no tempo geravam metano, um dos gases de efeito estufa. O metano, considerado como 21 vezes mais poluente do que o dióxido de carbono, com a entrada em operação do projeto, deixou de ser lançado na atmosfera.

A redução potencial da emissão é de 3.702 mil toneladas de carbono (CO<sub>2</sub>) equivalente em 21 anos. No dia 4 de setembro, a UNFCCC (órgão ligado às nações unidas que coordena o Protocolo de Quioto) emitiu os certificados referente à 179.397 toneladas de carbono equivalente (medida métrica utilizada para comparar as emissões de vários gases de efeito estufa baseado no potencial de aquecimento global) que deixaram de ser lançados na atmosfera, referente a 20 meses de operação do projeto de Co-geração de energia da IRANI.

O projeto de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) para a IRANI foi desenvolvido pela empresa Ecoscurities, líder mundial em desenvolvimento de projetos do Protocolo de Quioto.

“Investimos R\$ 22,5 milhões nessa adequação de produção energética, que proporcionou que a empresa se tornasse auto-suficiente em energia, permitiu que a concessionária do Estado ofertasse energia para o desenvolvimento de outras indústrias da região e – principalmente – pudemos inserir a Empresa como expoente nesse mercado de energia limpa e de desenvolvimento sustentável”, comemora Péricles Pereira Druck, diretor superintendente da Celulose Irani S.A (IRANI, 2007).

Em primeiro lugar, a função Meio Ambiente e Gestão Ambiental no controle ambiental na emissão de resíduos tóxicos a atmosfera depois a função Ciência e Tecnologia (Quadro 7) e Educação, Ciência e Tecnologia, pela classificação do governo catarinense (Quadro 6), por reduzir a poluição de seus resíduos inerentes a sua atividade produtiva conseguidos por estudos tecnológicos desenvolvidos com interesse de chegar a tal resultado.

#### *14 Estação Biológica Costão da Serra – EMPRESAS RIO DESERTO*

no projeto Estação Biológica Costão da Serra, que venceu na categoria preservação ambiental, as Empresas Rio Deserto cederam para a Unesc uma área de 300 hectares de mata nativa preservada, onde estão sendo realizadas pesquisas sobre a fauna e a flora locais. (SIECESC, 2007).

O desenvolvimento da fauna e flora favorece a área de Meio Ambiente (Quadro 6) e Gestão Ambiental (Quadro 7) na preservação de espécies, maior diversidade, controle ambiental e a função Ciência e Tecnologia (Quadro 6) por ceder a centros educativos na desenvolvimento intelectual para outras descobertas científicas que beneficiam a toda a sociedade.

#### *15 Preservar é inteligente, preserve para o futuro – RBS TV*

Preservar é Inteligente, Preserve para o Futuro

Unidade: TV Joinville (Santa Catarina)

Investimento: R\$ 72.000,00

O que: O projeto foi desenvolvido a fim de conscientizar a comunidade sobre a importância de conservar, preservar e renovar o meio ambiente (RBS, 2007).

A Educação e Meio Ambiente são as áreas atingidas e a função 18 – Gestão Ambiental (Portaria n. 42/99) pela preservação ambiental proposta pelo projeto.

#### *16 Preservar é possível - SIECESC*

O projeto das cartilhas “O Meio Ambiente está em nossas mãos. Preservar é possível”, realizado pelo Sindicato da Indústria de Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina (Siecesc), em parceria com o Centro Satc de Meio Ambiente, foi apresentado no V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, que ocorreu entre os dias 5 e 8 de abril, no Centreventos Cau Hansen, em Joinville. O tema do Congresso foi “A contribuição da educação ambiental para a sustentabilidade planetária”, e teve como principal objetivo debater este assunto na construção de valores, bases culturais e bases políticas.

A técnica em Meio Ambiente Gisele Darós e a coordenadora do projeto Regina Fernandes participaram do evento, que contou com a presença de mais de 20 países ibero-americanos. Elas apresentaram um painel com informações sobre como funciona o projeto das apostilas ambientais. Segundo Regina, haviam aproximadamente sete projetos relacionados a cartilhas ambientais em exposição. “Houve uma troca de experiências. Aprofundamos nosso conhecimento em outras áreas com as palestras e aproveitamos para anotar contatos importantes”, afirma. De acordo com a coordenadora, as cartilhas receberam elogios. “As pessoas que paravam para olhar gostavam e parabenizavam a iniciativa”, conclui. Esta foi a primeira divulgação do projeto fora da região Amrec e Amesc (SIECESC, 2007).

Pela preservação ambiental através do conhecimento objetivado por este projeto ele cerca as áreas de Educação e Meio Ambiente para o governo catarinense e as funções 12 – Educação e 18- Gestão Ambiental para a Portaria n. 42/99.

*17 Pavimentação de SC 408: modelo bem-sucedido de gestão ambiental - SULCATARINENSE*

O trabalho da Sulcatarinense na estrada pavimentada foi complexo e desafiador. A empresa usou tecnologias inovadoras para conciliar a implantação do asfalto com a recuperação de passivos ambientais e impedir prejuízos à natureza do entorno da obra. A mineradora também plantou mais de 11 mil mudas de plantas nativas, frutíferas e ornamentais que, em grande parte, saíram do próprio horto da Sulcatarinense. Outro aspecto importante do projeto foi o realocamento de moradores de baixíssima renda que viviam em faixas de domínio da rodovia. Foram construídas dez casas populares destinadas às famílias com este perfil (SULCATARINENSE, 2007).

Tecnologia e Meio Ambiente são as áreas atingidas por este projeto por melhor gerir os impactos ambientais de sua obra, replantando mudas de plantas no entorno da estrada e por técnicas engenhosas também abrange a subfunção do Quadro 7 que é de Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, e como já dito a Gestão Ambiental subfunção Preservação e Conservação Ambiental.

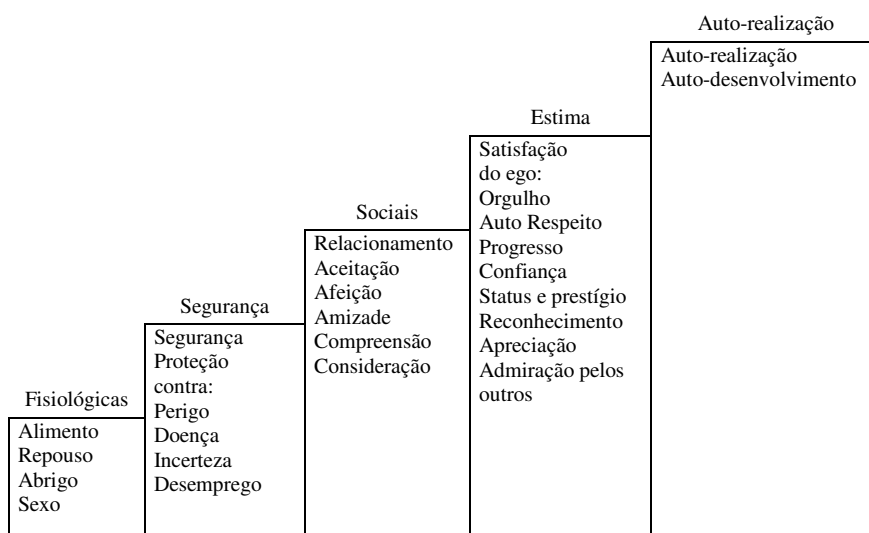
Os projetos “Promovendo cidadania e lazer no dia do trabalhador” da Rede SC e “Aproximando pessoas através da cultura” da Brasil Telecom não contêm informações nos sítios eletrônicos das entidades.

#### 4 ANÁLISE DAS ENTIDADES

Em pauta está a responsabilidade social analisado por meio de indicadores para atingir de forma sistêmica. A comparação serve para nivelar, quando for possível, a responsabilidade social de cada entidade. Nesta pesquisa aborda-se três indicadores, sendo estes apenas exemplos dentre outros tantos existentes, pois para um tema tão completo como a responsabilidade social que requer mais atenção de todas as áreas das entidades para repassar para os usuários maior transparência e confiabilidade das informações, há que se conhecer um pouco de cada tipo de projeto e suas áreas atingidas, a fim de especificar se houve compatibilidade com alguns dos itens de cada indicador.

Há que se considerar que cada indicador tem uma importância histórica. Qualquer estudo científico visa a aplicabilidade e sabe-se que a responsabilidade social surge de uma necessidade de adequação das entidades frente as questões ambientais e sociais. Uma entidade passa a ter responsabilidade sobre seus frutos oriundos da atividade humana e os recursos naturais. Então se alcança a primazia aqueles que realizam ações voltadas para atingir o máximo de satisfação de seus *stakeholders* e para isso necessita suprir a maioria das necessidades de cada uma.

Chiavenato (2002) explica as necessidades de Abraham Maslow (1908-1970) que apresenta a teoria de motivação segundo as necessidades humanas dispostas em níveis e numa hierarquia de importância, conforme Figura 1.



**Figura 1 - A hierarquia das necessidades de Maslow**

Fonte: Maslow *apud* CHIAVENATO (2002, p. 116).

As *necessidades fisiológicas* pertencem ao nível mais baixo das necessidades humanas, segundo Chiavenato (2002, p. 111-2) constituído pela alimentação, sono e repouso,

abrigo, desejo sexual. Estão associadas à sobrevivência, preservação da espécie e instinto. Se alguma dessas não for satisfeita ela domina a direção do comportamento humano.

As *necessidades de segurança* constituem a estabilidade, a busca de proteção, a fuga do perigo. Estes funcionam como organizadores do comportamento.

As *necessidades sociais* surgem depois de relativamente satisfeitas as necessidades fisiológicas e de segurança, e são inerentes a associação, participação, aceitação, amizade, afeto e amor. Quando não suficientemente satisfeitas levam o indivíduo à hostilidade.

As *necessidades de estima* relacionam-se com a maneira pelo qual o indivíduo se vê e se avalia. Envolve o *status*, a auto-confiança, a independência e a autonomia. A frustração pode levar aos sentimentos de inferioridade, fraqueza, desânimo e desamparo.

E, por último, as necessidades de auto-realização:

São as necessidades mais elevadas e que estão o topo da hierarquia. Estão relacionadas com a realização do próprio potencial e do autodesenvolvimento contínuo. Essa tendência se expressa através do impulso que a pessoa tem para tornar-se sempre mais do que é a de vir a ser tudo o que pode ser (CHIAVENATO, 2002).

Uma entidade é uma realização das vontades de seus fundadores e depois de toda a equipe do corpo funcional criando vida e autonomia, passando a ser considerada uma pessoa, jurídica, mas uma pessoa e cada pessoa tem formas de ser motivada.

#### 4.1 Aplicação dos indicadores

Na prática nem todos os indicadores são possíveis de ser detectados pelas informações de Balanço Social, Demonstrativo de Valor Adicionado, Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Notas Explicativas e outros demonstrativos contábeis, pois nem sempre há um padrão estabelecido para a informação que se deseja encontrar, por meio de indicadores estudados, esteja ao ponto de ser definida como existente ou não na entidade. Sendo assim, importante salientar qual a dúvida e por qual caminho pode-se chegar a determinação da existência ou não de cada item do indicador estudado.

Ao sugerir indicadores, estabelece que servem para direcionar os interesses e objetivos dos *stakeholders* externos que pouco conhecem da entidade a não ser do que é divulgado. A existência de padrões para haver comparabilidade nem sempre é eficaz, pode ser a única forma de plausível no momento estudado.

Para os contadores a exposição das demonstrações contábeis de forma voluntária é condição indispensável para compor o sistema aqui apresentado.

#### 4.1.1 Indicadores de Hopkins, IBASE, Ethos

Os Indicadores Ethos de responsabilidade Social Empresarial, segundo Frey (2005, p 66) constituem-se de um instrumento de diagnóstico que oferece elementos para as tomar de decisão e de planejamento, há como perceber um valor para as práticas de responsabilidade social e então ter como retorno na imagem, sustentabilidade e *performance* da entidade. Esses indicadores estão no Quadro 10:

Valores e Transparência	Auto regulação e conduta	- Compromissos Éticos - Enraizamento na Cultura Organizacional
	Relações transparentes com a Sociedade	- Diálogo com Partes Interessadas (stakeholders) - Relações com a concorrência - Balanço Social
Público Interno	Diálogo e Participação	- Relações com os Sindicatos - Gestão Participativa - Participação nos Resultados e Bonificação
	Respeito ao Indivíduo	- Compromisso com o Futuro das Crianças - Valorização da Diversidade
	Respeito ao Trabalhador	- Comprometimento frente a Demissões - Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade - Cuidado com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho - Preparação para Aposentadoria
Meio Ambiente	Gerenciamento do Impacto Ambiental	- Gerenciamento do Impacto no Meio Ambiente e do Ciclo de Vida dos Bens e Serviços - Minimização de Entradas e Saídas de Materiais
	Responsabilidade frente às Gerações Futuras	- Comprometimento da Empresa com a Causa Ambiental - Educação Ambiental
Fornecedores	Seleção e Parceria com Fornecedores	- Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores - Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva - Relações com Trabalhadores Terceirizados - Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores
Consumidores /Clientes	Dimensão social do consumo	- Política de <i>Marketing</i> e Comunicação - Excelência no Atendimento - Conhecimento dos Danos Potenciais dos Bens e Serviços
	Relações com a comunidade Local	- Gerenciamento do Impacto da Empresa junto à Comunidade de Entorno - Relações com Organizações Locais
	Ação Social	- Gestão da Ação Social - Foco e Alcance da Ação Social - Integração entre Empresa e Ação Social
	Trabalho Voluntário	- Estimulo ao Voluntariado
Governo e Sociedade	Transparência Política	- Contribuições para Campanhas Políticas - Práticas Anti- Corrupção e Propina
	Liderança Social	- Liderança e Influência Social - Participação em Projetos Sociais Governamentais

**Quadro 10 - Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**

Fonte: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2002b, p. 5-6 *apud* FREY, 2005, p. 66-67.

Segundo o Instituto Ethos de empresas e Responsabilidade Social (2002b *apud* FREY, 2005) uma empresa é considerada responsável socialmente quando for além do que lhe é imposto por lei, considerando as pessoas como seres humanos que possuem

necessidades a serem atingidas conforme Maslow *apud* CHIAVENATO (2002, p. 113-116). Há hierarquia das mesmas que, de acordo com a obtenção de cada, numa escada gradual, consegue-se chegar ao ápice através da auto-realização e esta obtenção precisa de recursos que podem ser suprimidos com o trabalho e mais algum apoio público de acordo com as políticas públicas de distribuição de recursos, que na maioria visa grupos estabelecidos e socialmente engajados nas causas que defendem.

Segundo o Instituto Ethos *apud* FREY (2005, p. 66) “a criação dos Indicadores Ethos faz parte do esforço do Instituto Ethos na disseminação da responsabilidade social empresarial no Brasil”. E adiciona ainda que, “[...] ao mesmo tempo em que servem de instrumento de avaliação para as empresas, reforçam, a tomada de consciência dos empresários e da sociedade brasileira sobre o tema”.

Della Giustina (2000, p. 138-9) relata que a composição da distribuição da renda e riqueza está concentrada nas áreas brasileiras mais próximas do Oceano Atlântico, o que faz jus à idéia de colonização do passado e que ainda persiste. O Tratado de Tordesilhas firmado entre Portugal e Espanha, 1492, divide as terras a leste do continente europeu em duas partes, a Ilha de Cabo Verde sendo o centro e as terras que ficassem a leste em até 370 léguas seria de Portugal e a oeste da Espanha. Acontece que essa linha criada corta o Brasil quase ao meio e detém hoje praticamente o espaço ocupado pela população brasileira, cerca de 87% da população brasileira ocupa essa área. O problema é que a não ocupação do outro lado do Brasil gera desigualdade na distribuição dos recursos. Acesso ao circuito nacional de economia corre o risco de perder divisas, preservar a maior floresta tropical do mundo e ainda ter doenças já extintas reaparecendo em áreas esquecidas do pólo de desenvolvimento nacional.

A distribuição de renda dos bens e riqueza em uma economia de mercado depende de numerosos fatores, incluindo as leis de herança, a distribuição de talentos inatos, a disponibilidade de oportunidades educacionais, a mobilidade social e a estrutura dos mercados (MUSGRAVE, 1973, p. 40).

Diminuir as diferenças sociais em cada região sem precisar mudar gera mais vantagens para todos, pois nenhum precisa se desvincular pessoalmente ou de familiares e ainda pode ver o lugar onde nasceu prosperar as custas do próprio desenvolvimento. Isto é responsabilidade na alocação dos recursos para o proveito social.

Os indicadores de Michael Hopkins baseiam-se, segundo Ashley (2002 *apud* FREY, 2005), no Desempenho Social das Empresas, proposto por Donna Wood, em 1991. A concepção é avaliar o perfil de responsabilidade social das empresas. Conforme Quadro 11:



<i>Elemento do modelo de empresa socialmente responsável</i>		<i>Indicador</i>
<b>Nível I - Princípios de responsabilidade social</b>		
Legitimidade		- Código de Ética
Responsabilidade pública		- Litígios envolvendo violação das leis pela empresa - Penalidades em conseqüências de atividades ilegais - Contribuição para inovações - Criação de empregos
Arbítrio dos executivos		- Código de Ética - Executivos condenados por atividades ilegais
<b>Nível II - Processo de capacidade de resposta social</b>		
Percepção do ambiente		- Mecanismos para examinar as questões sociais relevantes para a empresa
Gerenciamento dos <i>Stakeholders</i>		- Corpo analítico para as questões sociais como parte integral da elaboração de políticas - Existe auditoria social? - Existe relatório de prestação de contas sobre ética?
Administração de questões		- Políticas elaboradas tendo como base de análise as questões sociais
<b>Nível III - Resultados/ações de responsabilidade Social</b>		
<i>Elemento do modelo de empresa socialmente responsável</i>	<i>Stakeholders grupos assumidos</i>	<i>Indicador</i>
Efeitos nos <i>stakeholders</i> internos	Proprietários e acionistas	- Lucratividade/valor - Irresponsabilidade corporativa ou atividades ilegais - Bem-estar da comunidade - Filantropia corporativa - Código de Ética
	Executivos	- Código de Ética
	Funcionários	- Relações sindicato/empresa - Questões de segurança - Pagamento, subsídios e benefícios - Demissões - Funcionários proprietários - Políticas para mulheres e minorias.
Efeitos nos <i>stakeholders</i> externos	Clientes e consumidores	- Código de ética - Recalls de produtos - Litígios - Controvérsia pública sobre produtos ou serviços - Propaganda enganosa
	Meio Ambiente	- Poluição - Lixo tóxico - Reciclagem e uso de produtos reciclados - Uso de etiqueta ecológica nos produtos
	Comunidade	- Doações corporativas para programas comunitários - Envolvimento direto em programas comunitários - Controvérsias ou litígios com a comunidade
	Fornecedores	- Código de ética da empresa - Código de ética dos fornecedores - Litígios/penalidades - Controvérsias públicas
Efeitos institucionais externos	Organização como uma instituição social	- Código de ética - Litígios genéricos - Processos por ações classistas - Melhorias nas políticas públicas e na legislação em decorrência de pressões da empresa

**Quadro 11 - Indicadores de Hopkins de responsabilidade social empresarial**

Fonte: Hopkins (1977, p. 581 *apud* DAHER *et al*, 2006).

A criação de banco de dados comparativo das práticas sociais é uma forma de referência das ações desenvolvidas pelas empresas e seus resultados, especialmente a relação entre o faturamento e o número de empregos é um indicador centralizador do envolvimento responsável com os humanos na medida em que a robótica e a softenização assumem papel decisório na competitividade de mercado e o emprego humano é substituído por inovações tecnológicas. Confrontando com outro indicador, que relacione lucratividade com o número de empregos, pode-se ter uma visão evolutiva da real prioridade para com a respeitabilidade ao trabalhador. Nota-se oportuno a necessidade de ligar o balanço contábil com o balanço social.

O Balanço Social, elaborado pelo Instituto IBASE apresenta uma série de informações traduzidas com indicadores, segundo Frey (2005, p. 69):

<b>1. Base de cálculo Itens incluídos</b>	
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
<b>2. Indicadores sociais internos</b>	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados (as)
Encargos sociais compulsórios	Gastos com INSS, FGTS e outros obrigatórios
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados (as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados (as)
Segurança e saúde no trabalho	Gastos com prevenção de acidentes no trabalho, manutenção da CIPA, ergonomia, avisos, seguros e manutenções contra incêndio
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados (as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados (as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados (as) podem ser aqui enumerados
<b>3. Indicadores sociais externos</b>	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como <b>indicação</b> de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos locais que a empresa realiza regularmente

Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
<b>4. Indicadores ambientais</b>	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os (as) funcionários (as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação sócio ambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
<b>5. Indicadores do corpo funcional</b>	
Composição do corpo funcional	Quantidade de empregados no final do período, admissões no período, empregados terceirizados, estagiários, empregados acima de 45 anos, numero de mulheres que trabalham na empresa e sua ocupação em cargos de chefia, empregados negros conforme RAIS e sua participação em cargos de chefia, empregados portadores de necessidades especiais.
<b>6. Informações relevantes</b>	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior <b>remuneração</b> pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa	Qual nível hierárquico da organização tem a iniciativa: direção; direção e gerencia ou todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	Quem define estes padrões: direção e gerencia; todos (as) empregados (as) ou todos (as) mais a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as)	Neste caso se a empresa se envolve, segue as normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) ou incentiva e segue a OIT
A previdência privada	Quais setores da organização esta previdência: direção; direção e gerencia ou todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados	Contempla a direção, direção e gerencia ou a todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, sobre os padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	Se os mesmos padrões éticos adotados pela entidade são utilizados como critérios de seleção dos fornecedores, ou se são sugeridos ou nem exigidos na escolha
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário	A empresa apóia, não se envolve ou organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores	Sendo estas oriundas da Justiça, do Procon ou na própria entidade
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor e Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	O valor adicionado gerado e qual a sua distribuição para o governo, colaboradores, acionista, terceiros e retido pela entidade
<b>7. Outras informações</b>	
Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social IBASE/Betinho.	

**Quadro 12 - Indicadores do Instituto IBASE de responsabilidade social empresarial**

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2007).

Este modelo é o mais usado no Brasil dado à fácil elaboração o que facilita a maior adesão de empresas, e por consequência há a criação de conhecimento entre as empresas que

divulgam uma comparabilidade por anos, setores ou outros jeitos quaisquer que indiquem a alguém num determinado tempo um valor que seja importante.

Chega-se o momento de comparar os indicadores com as entidades que publicam demonstrativos contábeis e relatórios pertinentes a responsabilidade social. As empresas selecionadas conforme Quadro 6 são a Celesc, Celulose Irani, Comfloresta e Brasil Telecom todos referentes ao ano base 2006.

Considera-se que uma entidade atingiu ponto positivo se a mesma puder transmitir através de seus relatórios informações mínimas, sendo estas determinadas por leitura dos relatórios e demonstrativos e análise do autor, sendo que qualquer distorção da realidade é possível visto que nem sempre o que está escrito é o que ocorre e da forma que ocorre.

Na sequência trata do indicador Ethos, segundo Frey (2005, p. 65), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, sendo uma organização de caráter privado, sem fins lucrativos, cuja missão é disseminar as ações de responsabilidade social nas empresas.

#### 4.1.2 Indicadores Ethos versus dados ADVB/SC

Após a descrição de cada item dos indicadores do Instituto Ethos, faz-se necessário aplicar nas empresas. Por conseguinte os indicadores estão subdivididos em: Valores e Transparência; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores/Clientes; Comunidade; Governo e Sociedade.

No Quadro 13 a seguir é apresentada a análise das entidades segundo o indicador de *Valores e Transparência*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Compromissos Éticos	X	X	X	X
Enraizamento na cultura organizacional	X			
Diálogo com <i>stakeholders</i>		X		
Relações com a concorrência		X		X
Balanço Social	X			
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 13 - Análise do Indicador Valores e Transparência das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Percebe-se que o diálogo com *stakeholders* não é uma preocupação das entidades, exceto para a Celulose Irani, o enraizamento na cultura organizacional merece mais atenção das entidades sobre este aspecto. O quanto ao Balanço Social, apenas a Celesc divulga em forma de demonstrativo e ainda apresenta relatório mais detalhado sobre suas ações sociais e ambientais, a Celulose Irani publica um relatório sobre sua sustentabilidade e apresenta algumas informações pertinente ao Balanço Social.

O Quadro 14 congrega a análise do indicador *Público Interno*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Relações com os sindicatos	X	X		X
Gestão Participativa		X		
Participação nos Resultados e Bonificação	X	X		X
Compromisso com o futuro das crianças				
Valorização da diversidade	X	X		X
Compromisso frente a demissões				
Compromisso com o desenvolvimento profissional e empregabilidade	X	X		X
Cuidado com saúde, segurança e condições de trabalho	X	X	X	X
Preparação para aposentadoria	X			X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 14 - Análise do Indicador Público Interno das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Os compromissos frente a demissões e com o futuro das crianças não são explicitamente declarados pelas entidades. E apenas uma empresa afirma incentivar a gestão participativa.

O Quadro 15 apresenta a análise do indicador de *Meio Ambiente*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Gerenciamento do Impacto no meio ambiente e do ciclo de vida dos bens e serviços	X	X		
Minimização de entradas e saídas de materiais	X	X		
Comprometimento da empresa como causa ambiental	X	X	X	
Educação ambiental	X	X		
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	NÃO

**Quadro 15 - Análise do Indicador Meio Ambiente das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Quanto ao *Meio Ambiente*, duas empresas Comfloresta e Brasil Telecom não divulgam informações suficientes para atingir ao indicador. A educação ambiental é atingida por meio de projetos das empresas Celesc e Celulose Irani.

O Quadro 16 apresenta a análise do indicador *Fornecedores*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Critérios de seleção e avaliação de fornecedores	X	X		X
Trabalho infantil na cadeia produtiva	X			
Relações com trabalhadores terceirizados				
Apoio ao desenvolvimento de fornecedores				
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

**Quadro 16 - Análise do Indicador Fornecedores das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

O trabalho infantil combatido pela Celesc aparece no Balanço Social modelo IBASE, e quanto à relação com trabalhadores terceirizados e apoio ao desenvolvimento de

fornecedores nenhuma das entidades divulgam informações a este respeito demonstrando despreocupação.

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Política de <i>marketing</i> e comunicação	X	X		X
Excelência no atendimento	X	X		X
Conhecimento dos danos potenciais dos bens e serviços		X		X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 17 - Análise do Indicador Consumidores/Clientes das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

A única empresa que não mostra pelo próprio sítio eletrônico como é a relação com seus consumidores e clientes é a Comfloresta.

O Quadro 18 apresenta a análise do indicador *Comunidade*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Gerenciamento do impacto da empresa junto à comunidade de entorno				
Relações com organizações locais	X	X	X	
Gestão da ação social				
Foco e alcance da ação social	X	X	X	X
Integração entre empresa e ação social				
Estímulo ao voluntariado	X	X	X	X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	SIM	SIM

**Quadro 18 - Análise do Indicador Comunidade das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

A gestão da ação social depende de maior conhecimento das entidades por meio de pesquisa *in loco*, o que não é a intenção dessa pesquisa. É uma grande questão saber como é feita a gestão das ações sociais para entender como as necessidades são tratadas dentro de cada empresa.

O próximo quadro aborda a análise do indicador *Governo e Sociedade*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Contribuição para campanhas políticas				
Práticas anti-corrupção e propina	X	X		X
Liderança e influencia social				
Participação em projetos sociais governamentais		X		
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 19 - Análise do Indicador Governo e Sociedade das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

A liderança e influencia social requer mais informações pelas entidades, seus projetos dão indícios dessa influencia, porém não é certo afirmar.

#### 4.1.3 Indicadores Hopkins versus dados ADVB/SC;

Como o próprio indicador subdivide-se em três níveis: I – Princípios de responsabilidade social; II – Processo de capacidade de resposta social e III-

Resultados/Ações de Responsabilidade Social. Há que se fazer consideração que muitos deles são de difícil acesso apenas com as fontes dos relatórios das empresas. Como é visto na sequência, nenhuma entidade faz a auditoria social e nem presta contas de sua conduta ética, o que inviabiliza uma análise completa e complexa que propõe Hopkins, mesmo assim não é desconsiderado inútil devido a sua possibilidade de adesão por outras entidades. Nesta pesquisa analisa-se os seguintes indicadores de Hopkins: nível I (legitimidade, responsabilidade pública, arbítrio dos executivos); nível II (percepção do ambiente, gerenciamento dos *stakeholders*, administração de questões); nível III (efeitos nos *stakeholders* internos; efeitos nos *stakeholders* externos; efeitos institucionais externos).

No Quadro 20 é feita a análise do indicador de *Legitimidade*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Código de Ética				X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

**Quadro 20 - Análise do Indicador Legitimidade das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

A empresa Brasil Telecom é a única empresa que divulga seu código de ética. É importante essa ação da empresa, pois mostra em que patamar está suas atitudes, considerando a relação entre as pessoas essenciais para a prática de suas políticas.

No Quadro 21 há um resumo da análise do indicador *Responsabilidade Pública*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Litígios envolvendo violação das leis pela empresa				
Penalidades em consequências de atividades ilegais				
Contribuição para inovações				
Criação de empregos	X		X	
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	NÃO	SIM	NÃO

**Quadro 21 - Análise do Indicador Responsabilidade Pública das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Este indicador necessita de informações de outras áreas da empresa como o setor jurídico, e poucas empresas se dispõem a falar sobre os litígios e penalidades. Quanto à contribuição para inovações cada entidade a sua maneira contribui, porém não há como determinar o quão contribui cada uma e assim nenhuma empresa ganha este indicador.

No Quadro 22 faz-se a análise do indicador *Arbítrio dos Executivos*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Código de ética				X
Executivos condenados por atividades ilegais				
ATUAÇÃO RELEVANTE?	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

**Quadro 22 - Análise do Indicador Arbítrio dos Executivos das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

As atividades ilegais e condenações realizadas pelos executivos requerem outras fontes como o Ministério Público, pois nenhuma empresa divulga informações a este respeito.

A seguir a análise do indicador *Percepção do Ambiente* no Quadro 23:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Mecanismos para examinar as questões sociais relevantes para a empresa	X	X		X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 23 - Análise do Indicador Percepção do Ambiente das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

As entidades Celesc, Celulose Irani e Brasil Telecom afirmam conhecer suas ações de forma relevante para a sociedade. No próximo Quadro 24 aparece a análise do indicador Gerenciamento de *Stakeholders*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Corpo analítico para as questões sociais como parte integral da elaboração de políticas				
Existe auditoria social?				
Existe relatório de prestação de contas sobre ética?				
ATUAÇÃO RELEVANTE?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

**Quadro 24 - Análise do Indicador Gerenciamento dos Stakeholders das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

De forma difusa as entidades aplica suas ações no âmbito social, porém inexistente um padrão organizado com auditoria e prestação de contas dessas ações, devido a isso nenhuma empresa recebe positividade neste indicador.

A *Administração de Questões* é analisada no Quadro 25:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Políticas elaboradas tendo como base de análise as questões sociais				
ATUAÇÃO RELEVANTE?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

**Quadro 25 - Análise do Indicador Administração de Questões das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Existem os projetos, mas nenhuma das entidades pesquisadas demonstra o porquê da escolha.

No Quadro 26 é analisado o *Efeito nos Stakeholders Internos*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Lucratividade/valor	X	X	X	X
Irresponsabilidade corporativa ou atividades ilegais				
Bem-estar da comunidade		X		
Filantropia corporativa				
Código de ética – Proprietários e Acionistas				X
Código de ética – Executivos				X
Relação sindicato/empresa	X	X		X
Questões de segurança				
Pagamento, subsídios e benefícios	X	X	X	X
Demissões				



Funcionários proprietários				
Políticas para mulheres e minorias				
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 26 - Análise do Indicador Efeitos nos Stakeholders Internos das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Percebe-se que a lucratividade e os benefícios oferecidos aos seus colaboradores são sempre visados pelas entidades estudadas. As políticas para mulheres e minorias apenas refletiu em palavras de respeito, porém ações e atividades que incentivam essa solidariedade nem aparece.

O Quadro 27 analisa os *Efeitos nos Stakeholders Externos*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Código de ética – Clientes				
Recalls de produtos				
Litígios – Clientes				
Controvérsia pública sobre produtos ou serviços				
Propaganda enganosa		X		
Poluição		X		
Lixo tóxico		X		
Reciclagem e uso de produtos reciclados				
Uso de etiqueta ecológica nos produtos				
Doações corporativas para programas comunitários				
Envolvimento direto em programas comunitários	X	X	X	X
Controvérsias ou litígios com a comunidade				
Código de ética da empresa – fornecedores				X
Código de ética dos fornecedores				
Litígios/Penalidades – Fornecedores				
Controvérsias públicas - Fornecedores				
ATUAÇÃO RELEVANTE?	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

**Quadro 27 - Análise do Indicador Efeitos nos Stakeholders Externos das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Esse indicador é melhor respondido pela Celulose Irani porque se preocupa com a emissão de carbono na atmosfera e dá valor a reciclagem de materiais.

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Código ética				
Litígios genéricos				
Processos por ações classistas				
Melhoria ns políticas públicas e na legislação em decorrência de pressões da empresa		X		
ATUAÇÃO RELEVANTE?	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

**Quadro 28 - Análise do Indicador Efeitos Institucionais Externos das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

O Quadro 28 apresenta a análise do indicador *Efeitos Institucionais Externos*. A entidade Celulose Irani é a que se preocupa com as políticas públicas, assim confirma interferir nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Brasil Telecom apresenta o código de ética, porém não responde sobre os efeitos institucionais externos.

Ao final este indicador pouco consegue atingir as empresas pesquisadas porque requer muito mais informações do que aquelas habituais, pouca informação sobre a auditoria social é divulgada e por conseqüências, irrisórias empresas aderem. Hopkins consegue ir ao cerne da questão social e afirmar que só com todas as respostas dos indicadores por ele proposto conclui-se que há responsabilidade social. Como nenhuma empresa demonstra de forma clara estes indicadores não há como afirmar se são responsáveis sócio-ambiental.

Aborda-se na seqüência o Indicador do IBASE aplicado as entidades da ADVB/SC.

#### 4.1.4 Indicadores IBASE versus dados ADVB/SC;

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, a missão é a construção da democracia, combater desigualdades e estimular a participação cidadã. Os indicadores dividem-se em: indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional; informações relevantes.

A análise dos Indicadores Sociais Internos faz-se no quadro seguinte:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Alimentação	X	X	X	
Encargos Sociais compulsórios	X	X		X
Previdência Privada	X			X
Saúde	X	X	X	
Segurança e saúde no trabalho	X	X		
Educação	X	X	X	
Cultura	X	X		
Capacitação e desenvolvimento profissional	X	X		
Creches ou auxílio-creche	X			
Participação nos lucros ou resultados	X	X		
Outros benefícios	X			
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	NÃO

**Quadro 29 - Análise dos Indicadores Sociais Internos das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

A Celesc por disponibilizar o Balanço Social modelo IBASE consegue responder a todos os quesitos desse indicador. As entidades Comfloresta e Brasil Telecom recebem negatividade sobre sua atuação relevante em detrimento das informações mais claras das entidades Celesc e Celulose Irani.

O Quadro 30 faz-se a análise dos *Indicadores Sociais Externos*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Total das contribuições para a sociedade	X	X		X
Tributos (excluídos encargos sociais)	X	X		X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 30 - Análise dos Indicadores Sociais Externos das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

As informações sobre o total contribuído para a sociedade e os tributos excluídos os encargos sociais pela empresa Comfloresta não são possíveis identificar com as demonstrações contábeis divulgadas.

O Quadro 31 apresenta a análise dos *Indicadores Ambientais*:

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	X	X		
Investimentos em programas/projetos sociais	X	X		
Metas anuais	X			
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	NÃO

**Quadro 31 - Análise dos Indicadores Ambientais das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Os *Indicadores Ambientais* para a Celulose Irani é tratada de forma expressiva em seus investimentos, falta apenas quantificação de suas metas anuais.

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Composição do corpo funcional	X	X		X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 32 - Análise dos Indicadores do Corpo Funcional das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

Na Celesc, quase 10% do corpo funcional são estagiários e os empregados com necessidades especiais não chegam a 5% como exige o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Seção IV, Art. 36.

Conforme seu relatório de sustentabilidade de 2006 da Celulose Irani o perfil de seus colaboradores é homens, predominantemente de Santa Catarina (sede da empresa), com média de idade até 30 anos, com ensino médio e com tempo de empresa de 1 a 5 anos.

	CELESC	CELULOSE IRANI	COMFLORESTA	BRASIL TELECOM
Relação entre maior e a menor remuneração	X	X		
Número total de acidentes de trabalho	X			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa	X			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	X	X		X
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as)	X	X		X
A previdência privada	X			X
A participação nos lucros ou resultados	X	X		X
Na seleção dos fornecedores, sobre os padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa		X		
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário	X	X		X
Número total de reclamações e críticas de consumidores	X	X		X
Normas				
Valor e Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	X	X		X
ATUAÇÃO RELEVANTE?	SIM	SIM	NÃO	SIM

**Quadro 33 - Análise do Indicador Informações Relevantes das entidades pesquisadas**

Fonte: Autora.

As empresas Brasil Telecom, Celesc e Celulose Irani divulgam a DVA e, portanto é possível verificar o valor adicionado e distribuído. A Comfloresta por não apresentar um relatório ou o Balanço Social não consegue passar qualquer dado sobre as *Informações Relevantes*.

#### 4.2 Resumo dos dados obtidos nas entidades

Em cada pesquisa para obter informações dos indicadores usa-se critérios observáveis nos demonstrativos contábeis ou seus relatórios. Na maioria das questões respondidas por cada indicador o Balanço Social ou a DVA possuem detalhes que abrangem essas questões, não obstante as notas explicativas também oferecem respostas. Neste trabalho a questão da participação dos resultados ou nos lucros é respondida pelas notas explicativas.

Das entidades estudadas constitui-se a composição dos quesitos respondidos de cada indicador (Quadro 35) o que favorece quem dispuser de mais relatórios, como acontece com a Celesc e a Celulose Irani.

Este resumo consagra-se pelo Quadro a seguir:

RESUMO DOS INDICADORES			
Quantidade de Positividade em cada indicador proposto			
ENTIDADES	<i>Ethos</i>	<i>Hopkins</i>	<i>IBASE</i>
<b>TOTAIS</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>5</b>
Comfloresta	1	1	0
Celesc	7	3	5
Celulose Irani	6	4	5
Brasil Telecom	5	4	3

**Quadro 34 – Resumo dos Indicadores atingidos por cada entidade**

Fonte: Autora.

Constata-se informações pertinentes ao social e ambiental nas notas explicativas das despesas operacionais. Na DRE o resultado (lucro ou prejuízo) do exercício e participação nos lucros. Na DMPL, a Afac, que indica a necessidade de capital próprio e comprometimento de seus acionistas. Na DVA em que a distribuição do valor adicionado viabiliza a concretização ou não das ações sociais ou ambientais. No Balanço Social, neste estudo utilizado o modelo IBASE, a aplicabilidade e valores nos diversos setores como os daqueles estabelecidos pela Portaria n. 42/99 conforme Quadro 7, em que a saúde, assistência social, educação, previdência social são aplicados pela entidade.

Muitos dos elementos já existem, mas como a maioria das entidades prefere divulgar informações reduzidas nos demonstrativos contábeis e apresentar, algumas vezes nas notas

explicativas não aparecem. Na DRE pode aparecer já detalhados os gastos com salários e encargos, a participação nos resultados, os benefícios concedidos sem a necessidade de utilizar notas explicativas. No Balanço Patrimonial, os passivos ambientais ou questões de litígios poderiam ser mais expostos e não apenas nas notas explicativas. Sobre o Balanço Social é muito válido as empresas que divulgam. Como há a necessidade de ter mais informações, o relatório social e ambiental é justo nesse sentido por detalhar de forma a elucidar as ações sociais e ambientais.

O relatório social e ambiental é tão importante para o Balanço Social, assim como as notas explicativas são para as demonstrações contábeis descritas no item 2.7 deste trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Neste capítulo faz-se necessário transmitir o resultado alcançado pela pesquisa realizada. Um tanto quanto universalista na conceituação de temas não contábeis, essa pesquisa volta-se a questão social que está em processo de formação na contabilidade.

### 5.1 *Quanto à problemática*

A problemática desta pesquisa resume-se na questão: “como as entidades premiadas pela ADVB de Santa Catarina estão evidenciando os dados e informações no âmbito da responsabilidade social corporativa?”. Como resposta pode-se afirmar que apenas uma entidade cumpre com a publicação do Balanço Social junto com relatório expositivo e outra entidade divulga suas ações sociais e ambientais por meio de relatório próprio.

A pesquisa limita-se aos dados fornecidos pelas entidades por meio eletrônico e jornais, ao final só pode-se analisar quatro empresas por condizer suas publicações contábeis e relatórios com o ano dos projetos, 2006. Das quinze empresas inicialmente pesquisadas apenas quatro publicam algum documento relevante a esta pesquisa. Outra questão é a divulgação dos projetos sociais premiados, dos dezessete projetos, dois não são detalhados pelas entidades em seus sítios eletrônicos.

Ao se buscar mais fontes na ADVB/SC a respeito dos projetos é transmitido que existem detalhes de cada projeto premiado, porém a consulta restringe-se somente ao local sem direito a cópia o que inviabiliza a pesquisa pois compromete a fidedignidade das informações, por não haver comprovação em documento de cada projeto.

### 5.2 *Quanto aos objetivos*

O objetivo geral é “analisar como as entidades privadas premiadas pela ADVB/SC no evento “Empresa Cidadã 2006” tentam demonstrar a responsabilidade social corporativa e evidenciam informações e dados”. O resultado alcançado por esta pesquisa afirma-se que somente quatro empresas divulgam demonstrativos contábeis referentes ao ano da premiação (2006) e quanto às suas ações sociais e ambientais apenas duas empresas divulgam relatórios ou Balanço Social. Uma das entidades divulga seu código de ética e dessa forma cada entidade consegue de maneira difusa responder alguns indicadores para análise da responsabilidade social.

Há quatro objetivos específicos, respondidos da seguinte maneira:

O primeiro objetivo: “Apresentar as normas técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pertinentes ao balanço social e demonstração de valor adicionado”

responde-se que as normas técnicas do balanço social e da demonstração de valor adicionado revelam quão mais informações que podem ser detalhadas no Balanço e na Demonstração de Valor Adicionado demonstrando que ainda é grande o crescimento que essas demonstrações podem alcançar num momento em que cada entidade tenha interesse e vontade de viabilizar essas informações para os usuários.

Para o Balanço Social o CFC criou a NBC T 15 e pra a Demonstração do Valor Adicionado a NBC T 3.7.

O segundo objetivo: "Demonstrar de acordo com a Portaria n. 42/99 ou norma legal similar qual a função mais aplicada nas entidades estudadas nesta pesquisa e interligar, quando for o caso, com outros programas sociais de execução ampliada" conclui-se, resumidamente, que as áreas mais visadas pelas entidades são a educação ambiental e profissional, a preservação ambiental e a assistência social.

Existem informações que poderiam estar nos demonstrativos contábeis com mais ênfase ao social e ambiental. Um dos itens da NBC T 15 é "gastos com educação" e que em nenhuma entidade revela, pode haver certa confusão com o outro item é que de "gastos com a capacitação e desenvolvimento profissional" para resolver essa questão há a necessidade de discussão das entidades e cientistas contábeis a fim de repassar para a sociedade a escolha mais acertada.

O terceiro objetivo específico trata dos itens importantes que devem aparecer no Balanço Social ou na Demonstração de Valor Adicionado e suas conexões com a publicação do resultado do exercício, esta monografia responde que a aplicação nas normas contábeis NBC T 15 e NBC T 3.7 para a elaboração do Balanço Social e Demonstração de Valor Adicionado são de grande ajuda para encontrar a responsabilidade social e ambiental, e, portanto todos os itens encontrados nas normas contábeis desses demonstrativos possibilitam alguma relevância como distribuição da riqueza, diminuição do desemprego, apoio à cultura e educação.

No estudo constata-se que no Balanço Social deveria aparecer o valor dos gastos com o transporte e que nenhuma entidade apresenta. Na informação do corpo funcional, a empresa Celulose Irani, por meio de divulgação própria, publica as informações sobre o nível de escolaridade de seus funcionários, isso quer dizer que esses dados ainda são de difícil homogeneidade.

A participação nos lucros ou resultados é conhecida nas notas explicativas das demonstrações contábeis essa é a conexão mais imediata entre o Balanço Social, a Demonstração de Valor Adicionado e os demonstrativos contábeis tradicionais.

No último objetivo específico desta pesquisa, o de identificar elementos que evidenciem a gestão transparente e participação efetiva na redução das diferenças sociais, tem como resposta que o conjunto dos seguintes itens é capaz de demonstrar tal objetivo:

- ✓ Apresentar o Balanço Social do modelo IBASE ou outros que tenham compatibilidade com a NBC T 15;
- ✓ Publicar a Demonstração de Valor Adicionado condizente com a NBC T 3.7;
- ✓ Realizar uma auditoria social que contenha as respostas para os indicadores do Instituto Ethos, do Instituto IBASE e os indicadores de Hopkins.

Nesta pesquisa nenhuma entidade é capaz de transparecer completamente sua gestão ou comprometer-se, integralmente, com a redução das diferenças sociais.

As informações de cunho social e ambiental são de caráter voluntário e não passam por uma auditoria social e por isso são de pura subjetividade e de confiança na veracidade das informações apresentadas por cada entidade.

As entidades demonstram as informações sociais e ambientais por meio de relatórios, preferencialmente, do que por demonstrativos contábeis. Essa escolha das entidades envolve a questão da vontade, da prioridade e facilidade e que tem por resultado relatórios não padronizados e de conteúdos que obedecem às escolhas das empresas.

O conjunto de ações baseadas na ética, no respeito à vida, no cuidado com o meio ambiente, na publicidade e comunicação com os *stakeholders*, no retorno de seus financiadores, na postura frente à adversidade interna e na percepção do ambiente envolvido é a consciência empresarial voltada ao engajamento social e ambiental que condiz com a responsabilidade sócio-ambiental.

Através da análise feita pelos indicadores percebe-se que duas empresas merecem destaque são elas: Celulose Irani e Celesc em que as respostas a cada indicador só foram possíveis devido ao esforço de cada ente em querer transmitir informações não obrigatórias por meio de relatórios atestando sua responsabilidade sócio-ambiental.

Os indicadores de Hopkins são os mais difíceis de determinar a sua existência na entidade, nesse sentido falta conhecimento ou mesmo mais informação das entidades para elaborar seus relatórios. Uma maneira de atingir aos objetivos de Michael Hopkins é fazer auditoria social em que inúmeras questões são levantadas e apuradas.

### *5.3 Quanto a Recomendações e Sugestões para trabalhos futuros*

Ao longo do trabalho em que sempre se advoga a ação de melhoria da sociedade através das entidades que exercem algum tipo de atividade econômica visando a sua



rentabilidade e continuidade é um choque ao encontrar culturas organizacionais tão antagônicas que de diferentes formas alcançam o algum resultado social positivo.

Recomenda-se para futuras pesquisas o estudo “*in loco*” para encontrar o porquê de cada projeto, conhecer seus administradores e gestores, saber como é a cultura organizacional, conduta ética, e após realizar uma auditoria social com base nas normas contábeis, algo muito novo no contexto brasileiro e desafiador no ramo da contabilidade.

Ainda, um estudo comparativo de outros períodos quanto às entidades privadas premiadas pela ADVB, verificando se existem incompatibilidades na aplicação das normas contábeis.

Outra pesquisa no sentido de obter um estudo comparativo destas empresas pesquisadas com entrevistas semi-estruturadas, mesmo sem visitação ou verificação “*in loco*”.

Outra sugestão é aplicar os Indicadores de Hopkins, numa entidade em que estejam na implantação das práticas de responsabilidade social e ambiental, para que se tenha maior abertura a opiniões e recomendações devido ao fato de que este indicador requer um nível alto de comprometimento e de divulgação de informações que nem sempre é de vontade dos gestores.

Outra recomendação é um estudo de viabilidade das informações contábeis para a elaboração do Balanço Social e a Demonstração de Valor Adicionado. Toda a preparação de onde deve originar a informação, também requer o desenvolvimento de rotinas nos *softwares* que alimente informações a este respeito. Esta recomendação precisa ser aplicada numa entidade para determinar as dificuldades e ajustes essenciais para tal finalidade.

Fazer um estudo em conjunto com outras áreas acadêmicas ligadas ao social para desenvolver e aplicar outro modelo de indicador de responsabilidade social plausível no contexto brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ARCELOR BRASIL. **Biodiversidade**. Disponível em: < [http://www.arcelor.com.br/relacoes\\_investidores/relatorios\\_stakeholders/relatorio\\_sustentabilidade/2005/indicadores\\_desempenho\\_ambiental/biodiversidade/biodiversidade.html](http://www.arcelor.com.br/relacoes_investidores/relatorios_stakeholders/relatorio_sustentabilidade/2005/indicadores_desempenho_ambiental/biodiversidade/biodiversidade.html) >. Acesso em 26 mai. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT. Disponível em: < <http://www.abnt.org.br> >. Acesso em: 14 abr. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CARVÃO MINERAL, ABCM. Notícias/Clipping. Disponível em: <[http://www.carvaomineral.com.br/abcm/ver\\_clipping.asp?id=44](http://www.carvaomineral.com.br/abcm/ver_clipping.asp?id=44)>. Acesso em 26 mai. 2007.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE, ACIJ. Histórico. Disponível em: < <http://www.acij.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO, BCP. Glossário Bancário. Disponível em: < [http://www.bpc.ao/glossario\\_r.htm](http://www.bpc.ao/glossario_r.htm)>. Acesso em 2 mai. 2007.

BENJAMIN, César. **Desemprego em uma abordagem teórica**: notas sobre neoclássicos, Keynes e Marx. Disponível em: <[http://www.desempregozero.org.br/artigos/desemprego\\_em\\_uma\\_abordagem\\_teorica.pdf](http://www.desempregozero.org.br/artigos/desemprego_em_uma_abordagem_teorica.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2007.

BERTIN, Priscila de Freitas; REBECHI, Robson. **Responsabilidade social corporativa**: um estudo de caso sobre A implantação da norma sa8000 em uma empresa de flanges e Conexões industriais. In: IX Seminários em Administração - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. 2001. 258 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BRASCAN. **Notícias**. Disponível em: <[www.brascan.com.br/noticias/comfloresta\\_prêmio.htm](http://www.brascan.com.br/noticias/comfloresta_prêmio.htm)>. Acesso em 26 mai. 2007.

BRASIL. **Portaria n. 42**, de 14 de Abril de 1999. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>>. Acesso em 9 mai. 2007.

BRASIL TELECOM. **Sobre a Brasil Telecom**. Disponível em: <<http://www.brasiltelecom.com.br/home/sobreabriltelecom.html>>. Acesso em 22 mai. 2007.

CELULOSE IRANI. **Imprensa, press release**. Disponível em: <<http://www.irani.com.br/imprensa/estrutura.php?id=33&sub=1&imprensa=39&0=0>>. Acesso em 26 mai. 2007.

CELULOSE IRANI. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.irani.com.br/estrutura.php?id=2>>. Acesso em 26 mai. 2007.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, CELESC. **Histórico**. Disponível em: <<http://portal.celesc.com.br/portal/page/portal/institucional/historico>>. Acesso em 26 mai. 2007.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA, CELESC. **Relatório Balanço Social 2006**. Disponível em: <[http://portal.celesc.com.br/portal/page/portal/socioambiental/balanco\\_social/relatorio\\_balanco\\_social\\_2006.pdf](http://portal.celesc.com.br/portal/page/portal/socioambiental/balanco_social/relatorio_balanco_social_2006.pdf)>. Acesso em 26 mai. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria gerla da administração. Vol 2. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

COMFLORESTA. Disponível em: <<http://www.comfloresta.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em:<[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)>. Acesso em 26 mai. 2007.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado - DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. 2002. 207f. Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CURSO INTERATIVO DE TERMINOLOGIA, Pavel. **As normas técnicas e as normas terminológicas**. Disponível em: <[http://www.termium.gc.ca/didacticiel\\_tutorial/portugues/lecon5/page5\\_2\\_3\\_p.html](http://www.termium.gc.ca/didacticiel_tutorial/portugues/lecon5/page5_2_3_p.html)>. Acesso em: 6 mai.2007.

DAHER, Wilton de Medeiros; OLIVEIRA, Marcelle Colares; OLIVEIRA, Bruno Cals. **Responsabilidade social corporativa e geração de valor reputacional: estudo multicaso, segundo o modelo de Hopkins, de empresas do setor energético do nordeste brasileiro**. In: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006, São Paulo. Anais do 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/37.pdf>>. Acesso em 23 Set. 2006.

DELLA GIUSTINA, Osvaldo. **A Revolução do terceiro milênio**: humanização da sociedade, 2a ed. Rio de Janeiro. Litteris, 2000. 372p.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Análise da Evolução Qualitativa dos Balanços Sociais da Petrobrás do Período de 2000 a 2004**. In: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006, São Paulo. Anais do 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILÂNCIA, EBV. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.ebv.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILÂNCIA, EBV. **Centro de formação e aperfeiçoamento profissional**. Disponível em: <<http://www.ebv.com.br/moodle>>. Acesso em 26 mai. 2007.

EMPRESAS RIO DESERTO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.riodeserto.com.br/apresentacao/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

FEDATO, Maria Cristina Lopes. **Responsabilidade social corporativa: benefício social ou vantagem competitiva?: um estudo das estratégias de atuação social empresarial e sua avaliação de resultados**. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FREY, Irineu Afonso. **Sistema de Gerenciamento da Responsabilidade Social Empresarial por meio de indicadores**. 2005. 209 f. Tese (Doutorado em Engenharia da

Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS, FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. Diretor responsável Sérgio Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 6. ed. Ver. E atual. 7. reimpressão. São Paulo:Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo:Atlas, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE . **Conjunto de Protocolos de Indicadores**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/48158248-37BA-459B-8C0C-90C232E57B7F/0/ConjuntodeProtocolosdeIndicadoresPR.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

IAMAMOTO, Edward Mitsuo Iwanaga; ISOTANI, Shigueo; ENDO; Rogério Noboru. **O fim dos empregos**. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~is/ddt/mac339/projetos/fim-dos-empregos/empregoEtrabalho.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Balanco Social - modelo 2006**. Disponível em: <[http://www.balancosocial.org.br/media/BS\\_Empresas2006.pdf](http://www.balancosocial.org.br/media/BS_Empresas2006.pdf)>. Acesso em 13 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Crítérios para solicitação do Selo Balanco Social IBASE/Betinho 2007**. Disponível em: <[http://www.balancosocial.org.br/media/criterios\\_selo\\_2007.pdf](http://www.balancosocial.org.br/media/criterios_selo_2007.pdf)>. Acesso em 13 jun. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. **Pesquisa Ação Social das Empresas - Região Sul**. Maio de 2006. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/asocial](http://www.ipea.gov.br/asocial)>. Acesso em 11 out. 2006.

INTITUTO ENGEVIX. **Quem Somos**, Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.engevix.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

MACHADO, Danielle Rénne Gomes; SANTOS FILHO, Edson Vitor de Oliveira et al. **Responsabilidade civil e teoria da imprevisão**. Maceió, jun. 2000. Disponível em:

<<http://www.geocities.com/tokyo/towers/8214/responsabilidade.html>>. Acesso em: 07 dez. 2006.

MARQUES, Sônia Mara. **Maximizando o valor da empresa através da Ética e da responsabilidade social**. Revista Estação Científica. Edição 01. Juiz de Fora, MG. Disponível em: <[http://www.jf.estacio.br/revista/artigos/1sonia\\_maxim.pdf](http://www.jf.estacio.br/revista/artigos/1sonia_maxim.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2006.

MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos reis; MADEIRA, Geová José. **Origem e evolução do balanço social no Brasil**. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p 105-116, abr. 2002.

MATOS, Francisco Gomes. **Ética empresarial e responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.ceris.org.br/rse/eticaempr.asp>>. Acesso em: 26 nov. 2006.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, Ana Paula Ferreira da; RAMOS, Walter de Jesus Oliveira; SOUZA, Érica Xavier de. **Análise financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro**. Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p 71-92, dez. 2002.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Ed. Campus, 1980. 673p.

NASH, Laura L. **Ética nas empresas: Guia prático para soluções de problemas éticos nas empresas**. São Paulo: Makron Books, 2001.

NOBRE FILHO, Wilson ; SYMANTOB, Moyses A ; BARBIERI, Jose Carlos. **Em busca da sustentabilidade sócio-ambiental**. In: IX SIMPOI - Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2006, São Paulo. Simpósio GV - Simpoi 2006. São Paulo : FGV/EAESP, 2006. v. 1. p. 1-14.

ORGANIZAÇÃO DAS NACOES UNIDAS. **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/>>. Acesso em 19 dez. 2006.

PENA, Fernando Marques. **Democracia, direitos humanos e globalização**. Revista Espaço Acadêmico nº 64. Ano VI. Setembro/2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/064/64pena.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2006.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PETROBRAS TRANSPORTE, TRANSPETRO. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.transpetro.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

PETROBRAS TRANSPORTE, TRANSPETRO. **Central de Informações**. Disponível em: <[http://www.transpetro.com.br/portugues/centralInformacoes/jornal/JT\\_58.pdf](http://www.transpetro.com.br/portugues/centralInformacoes/jornal/JT_58.pdf)>. Acesso em 26 mai. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ (SC). **Assessoria de Comunicação**. Disponível em: <[http://www.itajai.sc.gov.br/noticias\\_det.php?id\\_noticia=1963](http://www.itajai.sc.gov.br/noticias_det.php?id_noticia=1963)>. Acesso em 26 mai. 2007.

PRÊMIO BALANÇO SOCIAL. **Roteiro de Avaliação**: 5ª. Edição Prêmio Balanço Social Aberje Apimec Ethos Fides Ibae. Disponível em: <<http://www.prêmiobalancosocial.org.br/roteiro.asp>>. Acesso em 26 mai. 2007.

REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÃO, RBS. **Balanço Social 2005**. Disponível em <[http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/balanco\\_social\\_2005.pdf](http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/balanco_social_2005.pdf)>. Acesso em 26 mai. 2007.

REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÃO, RBS. **Grupo RBS**. Disponível em: <<http://www.rbs.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

REDE RECORD. **A empresa, histórico**. Disponível em: <<http://www.rederecord.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

REDE SC. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.redesc.com>>. Acesso em 26 mai. 2007.

RIBEIRO, Máisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. **Balanço Social**: instrumento de divulgação da interação da empresa com a sociedade. In: encontro da ANPAD 23º, 1999, Rio de Janeiro. 1999.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual n. 13.454**, de 25 de julho de 2005. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 e adota outras providências. Secretaria do Estado da Fazenda. Florianópolis, SC.

Disponível em: <<http://server01.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2005/013454-011-0-2005-001.htm>>. Acesso em 9 mai. 2007.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual n. 13.849**, de 31 de outubro de 2006. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e adota outras providências. Secretaria do Estado da Fazenda. Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://server01.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2006/013849-011-0-2006-001.htm>>. Acesso em 9 mai. 2007.

SCHILLING, Voltaire. **A história da declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789**. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2003/06/25/001.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2006.

SCHILLING, Voltaire. **Direitos do homem e do cidadão**: as primeiras dez emendas de 1791. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2003/06/25/000.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2006.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SIECESC. **Notícias**. Disponível em: <[http://www.siecesc.com.br/noticias/2004/2004\\_763.htm](http://www.siecesc.com.br/noticias/2004/2004_763.htm)>. Acesso em 26 mai. 2007.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SIECESC. **Origem SIECESC**. Disponível em: <<http://www.siecesc.com.br/>>. Acesso em 26 mai. 2007.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SIECESC. **Projeto de Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.siecesc.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SIEd-SUP. **Glossário**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ensinosuperior.inep.gov.br/Help/Cadastro/Gloss.htm>>. Acesso em: 2 mai. 2007.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial**: Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.



SULCATARINENSE. **Empresa, Premiações**. Disponível em: <[http://www.sulcatarinense.com.br/empresa\\_cidada.php](http://www.sulcatarinense.com.br/empresa_cidada.php)>. Acesso em 26 mai. 2007.

SULCATARINENSE. **Empresa**. Disponível em: <<http://www.sulcatarinense.com.br/empresa.php>>. Acesso em 26 mai. 2007.

UNISUL. **A Universidade, Histórico**. Disponível em: <<http://www.unisul.br>>. Acesso em 26 mai. 2007.

UNISUL. **Passaporte Unisul**. Disponível em: <[http://www3.unisul.br/paginas/diversos/passaporte20061/edital\\_passaporte\\_inverno\\_2006\\_.pdf](http://www3.unisul.br/paginas/diversos/passaporte20061/edital_passaporte_inverno_2006_.pdf)>. Acesso em 26 mai. 2007.

VEGA DO SUL. **A Empresa**. Disponível em: <<http://www.vegadosul.com.br/empresa.html>>. Acesso em 26 mai. 2007.

WERTHEIN, Jorge. **Educação, Emprego e Cidadania**. UNESCO. Disponível em: <[http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/artigow/1999/artigowj/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/artigow/1999/artigowj/mostra_documento)>. Acesso em: 26 Dez. 2006.

WIKIPEDIA. **Dicionário livre**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em: 23 nov. 2006.

## **ANEXOS**

## ORGANIZAÇÃO

ANEXO 1 – DIÁRIO CATARINENSE DE CINCO DE OUTUBRO DE 2006, PÁGINA 22	84
ANEXO 2 - RESOLUÇÃO CFC N. 751/93	85
ANEXO 3 - NBC T 15	95
ANEXO 4 - NBC T 3.7	98

**Evento SC se destaca entre as que mais investem em responsabilidade social**

## ADV B premia as Empresas Cidadãs 2006

A Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, seccional de Santa Catarina (ADV B/SC), entregará hoje à noite, em Joinville, o prêmio Empresa Cidadã 2006 a empresas do Estado.

A premiação, que se encontra em sua oitava edição, foi criada para estimular o empreendedor catarinense a investir em ações de responsabilidade social.

– É um prêmio importante para os catarinenses, pois com esse incentivo, não somente as empresas saem ganhando, mas principalmente a sociedade, já que as ações de responsabilidade social vêm crescendo consideravelmente o que,

consequentemente, faz aumentar as ações junto à comunidade – explica o presidente da ADV B/SC, Nataniel Santos de Souza.

A pesquisa "Ação Social das Empresas", publicada este ano pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), reflete bem isso.

### Maior participação das empresas no setor

Segundo levantamento, entre 2000 e 2004, a participação empresarial na área social passou de 59% para 69%. Santa Catarina, por sua vez, foi o Estado em que essa participação mais cresceu nesse período, passando de 50% para 78% entre as que oferecem algum serviço na área.

## NOTAS

### Jazida gigante de óleo

Uma nova jazida gigante de petróleo leve e gás natural pode ter sido encontrada pela Petrobras na Baía de Santos. A estatal confirmou ontem a descoberta de reserva "significativa" na região, mas ainda não quis estimar o potencial comercial.

### Ingresso de divisas

O Brasil recebeu um forte ingresso de capital estrangeiro no mês passado, segundo o Banco Central divulgou ontem. O ingresso de divisas chegou a US\$ 5,134 bilhões líquidos em setembro, valor quase 300% maior que o de agosto.

### Prodec gera incentivos

Seis indústrias serão beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec). Na reunião de ontem, o conselho do Prodec autorizou incentivos na ordem de R\$ 47,5 milhões, que vão gerar mais de 500 empregos.



Souza destaca as ações positivas

– Os empresários catarinenses estão se conscientizando cada vez mais sobre a importância da responsabilidade social para as empresas e para a comunidade – enfatiza o presidente.

O prêmio Empresa Cidadã destaca projetos realizados nas áreas de preservação ambiental, participação comunitária e desenvolvimento cultural, que são analisados conforme a relevância social e comunitária, as estratégias de implantação, e a execução e efetividade dos resultados através de números de beneficiários e valores investidos.

## Os eleitos

**Categoria: Participação Comunitária**

- CELESC**  
Projeto Energia do Futuro – Aquecimento Solar – Florianópolis
- CELESC**  
Projeto Tó Ligado – capacitação profissional para Eletricista Predial – Florianópolis
- COMFLORESTA**  
Produção de Mudanças Nativas, ajudando famílias e o meio ambiente – Campo Alegre

**Categoria: Preservação Ambiental**

- TRANSPETRO**  
Oficinas de Desenvolvimento Cultural e Capacitação Comunitária – São Francisco do Sul
- CELUL OSE BRAVI**  
Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Usina de Copiração – Vargem Bonita
- EMPRESAS RIO DESERTO**  
Estação Biológica Costeira da Serra – Curitiba

- EBV**  
Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional Ltda – Gerarção de Cidadania – São José
- INSTITUTO ENGENVIX (PRESE)**  
PRESE – Programa ENGENVIX Sócio Educário – Florianópolis

### EMPRESAS RIO DESERTO

Igara + Docas – Curitiba

### REDE RECORD – VALE DO ITAJAI E NORTE

Record Cidadã – Aro 2 – Itajaí

### REDE SC – SBT JOINVILLE

Réde SC-SBT Joinville: promovendo qualidade e lazer no Dia do Trabalhador – Joinville

### UNISUL

Passaporte Unisul – O visto de entrada na universidade para os alunos de escola pública – Tubarão

### VEGA DO SUL – ACELOR BRASIL

Protegendo os Costões – São Francisco do Sul

### Categoria: Desenvolvimento Cultural

- BRASIL TELECOM**  
Brasil Telecom – Aproximando pessoas

**Estudo 10**  
GANHADORES DA SEMANA

**Águas Claras**  
Sab. e Dom. restaurante aberto ao público.  
Reservas: (48) 9389.0009 / 8806.6062  
www.hotelazendaaguasclaras.com.br

**Venha viver a natureza!**  
Baixão CAMBORIÚ FRENTE P/O MAR

Anexo 2 - Resolução CFC n. 751/93

RESOLUÇÃO CFC Nº 751/93

*DISPÕE SOBRE AS NORMAS  
BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE.*

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** ser imperativa a uniformização dos entendimentos e interpretações na contabilidade, tanto de natureza doutrinária quanto aplicada, bem como estabelecer regras ao exercício profissional;

**CONSIDERANDO** que a concretização destes objetivos deve fundamentar-se nos trabalhos produzidos pela classe contábil, por seus profissionais e entidades;

**CONSIDERANDO** que os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e das teorias relativas à Ciência da Contabilidade e que constituem os fundamentos das Normas Brasileiras de Contabilidade, que configuram regras objetivas de conduta;

**CONSIDERANDO** ser necessária a aprovação de uma estrutura básica que estabeleça os itens que compõem as Normas Brasileiras de Contabilidade;

**CONSIDERANDO** que o Conselho Federal de Contabilidade, com base em estudos do Grupo de Trabalho (GT), constituído com a finalidade de elaborar as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs, aprovou, em 23 de outubro de 1981, a Resolução CFC nº 529/81, que dispunha sobre as mesmas;

**CONSIDERANDO** que já foram aprovadas: a Resolução CFC nº 560/83, que dispõe sobre as prerrogativas profissionais; e as Resoluções que tratam das normas profissionais e técnicas, com base na estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, anteriormente divulgadas,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560, de 28 de outubro de 1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

**Art. 2º** As Normas classificam-se em Profissionais e Técnicas, sendo enumeradas sequencialmente.

§ 1º As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P.

§ 2º As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T.

**Art. 3º** As Interpretações Técnicas podem ser emitidas para esclarecer o correto entendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

**Parágrafo único** – As Interpretações Técnicas são identificadas pelo código da NBC a que se referem, seguido de hífen, sigla IT e numeração seqüencial.

**Art. 4º** Os Comunicados Técnicos, de caráter transitório, podem ser emitidos quando ocorrerem situações que afetem as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

**Parágrafo único** – Os Comunicados Técnicos são identificados pela sigla CT, seguida de hífen e numeração seqüencial.

**Art. 5º** A inobservância das Normas Brasileiras de Contabilidade constitui infração disciplinar, sujeita às penalidades previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do Art. 27, do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, e, quando aplicável, no Código de Ética Profissional do Contabilista.

**Art. 6º** A estrutura das Normas Profissionais é a seguinte:

- NBC P 1 – Normas Profissionais de Auditor Independente
  - Competência Técnico-Profissional
  - Independência
  - Responsabilidade na Execução dos Trabalhos
  - Honorários Profissionais
  - Guarda da Documentação
  - Sigilo
  - Utilização de Trabalho do Auditor Interno
  - Utilização de Trabalho de Especialistas
  - Manutenção dos Líderes de Equipe de Auditoria

NBC P 2 – Normas Profissionais de Perito Contábil

- 2.1 – Competência Profissional
- 2.2 – Independência
- 2.3 – Impedimento e Suspeição
- 2.4 – Honorários
- 2.5 – Sigilo
- 2.6 – Responsabilidade e Zelo
- 2.7 – Responsabilidade sobre Trabalho de Terceiros

NBC P 3 – Normas Profissionais do Auditor Interno

NBC P 4 – Normas para a Educação Profissional Continuada

NBC P 5 – Normas para o Exame de Qualificação Técnica

**Art. 7º** A estrutura das Normas Técnicas é a que segue:

NBC T 1 – Das Características da Informação Contábil

NBC T 2 – Da Escrituração Contábil

- 2.1 – Das Formalidades da Escrituração Contábil
- 2.2 – Da Documentação Contábil

2.3 – Da Temporalidade dos Documentos

2.4 – Da Retificação de Lançamentos

2.5 – Das Contas de Compensação

2.6 – Da Escrituração Contábil das Filiais

2.7 – Do Balancete

2.8 – Das Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Eletrônica

NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis

3.1 – Das Disposições Gerais

3.2 – Do Balanço Patrimonial

3.3 – Da Demonstração do Resultado

3.4 – Da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

3.5 – Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

3.6 – Da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

3.7 – Demonstração do Valor Adicionado

3.8 – Demonstração do Fluxo de Caixa

3.9 – Demonstração por Segmentos

***Os itens 3.7, 3.8 e 3.9 foram incluídos pela Resolução CFC nº 1.028, de 15 de abril de 2005.***

NBC T 4 – Da Avaliação Patrimonial

NBC T 5 – Da Atualização Monetária

NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis

NBC T 7 – Conversão da Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis

NBC T 8 – Das Demonstrações Contábeis Consolidadas

NBC T 9 – Da Fusão, Incorporação, Cisão, Transformação e Liquidação de Entidades

NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas

10.1 – Empreendimentos de Execução em Longo Prazo

10.2 – Arrendamento Mercantil

10.3 – Consórcios de Vendas

10.4 – Fundações

10.5 – Entidades Imobiliárias

10.6 – Entidades Hoteleiras

10.7 – Entidades Hospitalares

10.8 – Entidades Cooperativas

10.9 – Entidades Financeiras

10.10 – Entidades de Seguros Privados

10.11 – Entidades Concessionárias do Serviço Público

10.12 – Entidades Cooperativas de Crédito

	10.13 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades
Desportivas Profissionais	10.14 – Entidades Rurais
	10.15 – Entidades em Conta de Participação
	10.16 – Entidades que Recebem Subvenções,
Contribuições,	Auxílios e Doações
	10.17 – Entidades Abertas de Previdência Complementar
	10.18 – Entidades Sindicais e Associações de Classe
	10.19 – Entidades sem Finalidade de Lucros
	10.20 – Consórcio de Empresas
	10.21 – Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à
Saúde	10.22 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar
	NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis
	– Conceituação e Objetivos da Auditoria Independente
	– Procedimentos de Auditoria
	– Papéis de Trabalho e Documentação da Auditoria
	– Planejamento da Auditoria
	– Fraude e Erro
	– Relevância na Auditoria
	– Riscos da Auditoria
	– Supervisão e Controle de Qualidade
	– Avaliação do Sistema Contábil e do Controle Interno
	– Continuidade Normal das Atividades da Entidade
	– Amostragem
	– Processamento Eletrônico de Dados
	– Estimativas Contábeis
	– Transações com Partes Relacionadas
	– Contingências
	– Transações e Eventos Subseqüentes
	– Carta de Responsabilidade da Administração
	11.18 – Parecer dos Auditores Independentes
	NBC T 12 – Auditoria Interna
	NBC T 13 – Da Perícia Contábil
	13.1 – Conceituação e Objetivos
	13.2 – Planejamento
	13.3 – Procedimentos e Execução
	13.4 – Diligências
	13.5 – Papéis de Trabalho
	13.6 – Laudo Pericial Contábil
	13.7 – Parecer Pericial Contábil
	NBC T 14 – Revisão Externa de Qualidade pelos Pares
	NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental



NBC T 16 – Aspectos Contábeis Específicos da Gestão Governamental

- 16.1 – Conceituação e Objetivos
- 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis
- 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos
- 16.4 – Transações Governamentais
- 16.5 – Registro Contábil
- 16.6 – Demonstrações Contábeis
- 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis
- 16.8 – Controle Interno
- 16.9 – Reavaliação e Depreciação dos Bens Públicos

***A NBC T 16 e seus subitens foram alterados pela Resolução CFC nº 1.028, de 15 de abril de 2005.***

NBC T 17 – Partes Relacionadas

NBC T 18 – Assinatura Digital

***(NBC T 18 –excluída pela retificação do Art. 2º da Resolução CFC nº 1.020, de 18 de fevereiro de 2005.)***

A NBC

NBC T 19 – Aspectos Contábeis Específicos

- 19.1 – Imobilizado
- 19.2 – Tributos sobre Lucros
- 19.3 – Planos de Benefícios e Encargos de Aposentadoria a Empregados
- 19.4 – Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais
- 19.5 – Depreciação, Amortização e Exaustão
- 19.6 – Reavaliação de Ativos
- 19.7 – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas

***Nova redação dada pela Resolução CFC nº 1.028, de 15 de abril de 2005.***

- 19.8 – Intangíveis
- 19.9 – Exploração de Recursos Minerais
- 19.10 – Redução no Valor Recuperável de Ativos
- 19.11 – Mudanças nas Práticas Contábeis, nas Estimativas e Correção de Erros
- 19.12 – Eventos Subseqüentes à Data das Demonstrações Contábeis

***Os subitens 19.8, 19.9, 19.10, 19.11 e 19.12 foram incluídos pela Resolução CFC nº 1.028, de 15 de abril de 2005.***

NBC T 20 – Contabilidade de Custos

**Art. 8º** – As Normas Profissionais, estruturadas segundo o disposto no Art. 6º, têm os seguintes conteúdos:

#### **NBC P 1 – NORMAS PROFISSIONAIS DE AUDITOR INDEPENDENTE**

Estas normas estabelecem as condições de competência técnico– profissional, de independência e de responsabilidade na execução dos trabalhos, de fixação de honorários, de guarda de documentação e sigilo e de utilização do trabalho do auditor interno e de especialistas de outras áreas.

#### **NBC P 2 – NORMAS PROFISSIONAIS DE PERITO CONTÁBIL**

Estas normas estabelecem as condições de competência técnico–profissional, de independência e responsabilidade na execução dos trabalhos, de impedimentos, de recusa de trabalho, de fixação de honorários, de sigilo e utilização de trabalho de especialistas.

#### **NBC P 3 – NORMAS PROFISSIONAIS DE AUDITOR INTERNO**

Estas normas estabelecem as condições de competência técnico–profissional, de independência e responsabilidade na execução dos trabalhos, da guarda de documentação e sigilo, de cooperação com o auditor independente e utilização do trabalho de especialistas.

#### **NBC P 4 – NORMAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA**

Estas normas estabelecem as condições para o processo de Educação Profissional Continuada aplicável a auditores independentes.

#### **NBC P 5 – NORMAS PARA O EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Estas normas estabelecem as condições para a Qualificação Técnica dos auditores independentes atuarem nas suas atividades.

**Art. 9º** As Normas Técnicas estruturadas, segundo o disposto no Art. 7º, têm os seguintes conteúdos:

#### **I – NBC T 1 – DAS CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL**

Esta norma compreende a informação que deve estar contida nas Demonstrações Contábeis e outras peças destinadas aos usuários da Contabilidade, devendo ter, entre outras, as características da compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

#### **II – NBC T 2 – DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

A escrituração contábil trata da execução dos registros permanentes da entidade e de suas formalidades. As normas da escrituração contábil abrangem os seguintes subitens:

a) das Formalidades da Escrituração Contábil, que fixam as bases e os critérios a serem observados nos registros;

b) da Documentação, que compreende as normas que regem os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que originam e validam a escrituração contábil;

c) da Temporalidade dos Documentos, que estabelece os prazos que a entidade deve manter os documentos comprobatórios em seus arquivos;

d) da Retificação de Lançamentos, que estabelece a conceituação e a identificação das formas de retificação;

e) das Contas de Compensação, que fixam a obrigação de registrar os fatos relevantes, cujos efeitos possam traduzir-se em modificações futuras no patrimônio da entidade;

f) da Escrituração Contábil das Filiais, que estabelece conceitos e regras a serem adotados pela Entidade para o registro das transações realizadas pelas filiais;

g) do Balancete, que fixa conceitos e regras sobre o conteúdo, finalidade e periodicidade de levantamento do balancete, bem como da responsabilidade do profissional, mormente quando aquele é usado para fins externos;

h) das Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Eletrônica, que estabelece critérios e procedimentos para a escrituração contábil em forma eletrônica e a sua certificação digital, sua validação perante terceiros, manutenção dos arquivos e responsabilidade de contabilista.

### III – NBC T 3 – CONCEITO, CONTEÚDO, ESTRUTURA E NOMENCLATURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta norma estabelece os conceitos e as regras sobre o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura das demonstrações contábeis de natureza geral. A norma estabelece o conjunto das demonstrações capaz de propiciar, aos usuários, um grau de revelação suficiente para o entendimento da situação patrimonial e financeira da entidade, do resultado apurado, das origens e aplicações de seus recursos e das mutações do seu patrimônio líquido num determinado período.

### IV – NBC T 4 – DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Esta norma estabelece as regras de avaliação dos componentes do patrimônio de uma entidade com continuidade prevista nas suas atividades.

### V – NBC T 5 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Esta norma concerne ao modo pelo qual a Contabilidade reflete os efeitos da inflação na avaliação dos componentes patrimoniais, de acordo com o Princípio da Atualização Monetária.

### VI – NBC T 6 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta norma trata da forma de divulgação das demonstrações contábeis, de maneira a colocá-las à disposição de usuários externos.

## VII – NBC T 7 – CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta norma trata dos critérios a serem adotados para incluir as transações em moedas estrangeiras e operações no exterior de uma entidade brasileira em suas Demonstrações Contábeis e como converter as Demonstrações Contábeis para moeda de apresentação (moeda na qual as demonstrações contábeis devem ser apresentadas).

*Nova redação dada pela Resolução CFC nº 1.028, de 15 de abril de 2005.*

## VIII– NBC T 8 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Esta norma estabelece os procedimentos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas, aquelas resultantes da integração das Demonstrações Contábeis, segundo o conceituado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, de duas ou mais entidades vinculadas por interesses comuns, na qual uma delas tem o comando direto ou indireto das decisões políticas e administrativas do conjunto.

## IX – NBC T 9 – DA FUSÃO, INCORPORAÇÃO, CISÃO, TRANSFORMAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES

Esta norma estabelece os critérios a serem adotados no caso de fusão, incorporação, cisão, transformação e liquidação de entidades, tanto nos aspectos substantivos quanto formais.

## X – NBC T 10 – ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS EM ENTIDADES DIVERSAS

Esta norma contempla situações especiais inerentes às atividades de cada tipo de entidade, não-abrangidas nas demais normas que compõem as Normas Brasileiras de Contabilidade.

## XI – NBC T 11 – NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta norma diz respeito ao conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis e se as mesmas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica, no que for pertinente.

## XII – NBC T 12 – AUDITORIA INTERNA

Estas normas estabelecem os conceitos e as regras gerais de execução dos trabalhos e de emissão de relatórios na auditoria interna, entendida como o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, contábeis e administrativos da entidade, inclusive quanto às informações físicas geradas.

### XIII – NBC T 13 – DA PERÍCIA CONTÁBIL

Estas normas estabelecem os critérios e as regras a serem adotados quando do planejamento e execução da perícia, os procedimentos a serem adotados e a emissão do laudo pericial.

### XIV – NBC T 14 – REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES

Esta norma estabelece os procedimentos a serem adotados para a revisão pelos pares. Constitui-se em processo educacional de acompanhamento e de fiscalização, tendo por objetivo a avaliação dos procedimentos adotados pelos Auditores e Firmas de Auditoria, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

A norma estabelece os conceitos, os objetivos e a aplicabilidade da revisão externa pelos pares, os critérios e as regras para a administração do programa de revisão, definindo as partes envolvidas, características, forma de composição do comitê responsável pelos controles, suas responsabilidades e atribuições.

Trata, também, sobre a periodicidade e os prazos para a realização da revisão, os objetivos, os procedimentos a serem observados, o conteúdo e a forma dos relatórios a serem apresentados.

### XV – NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Esta norma tem por objetivo estabelecer procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com vistas a prestar contas à sociedade pelo uso dos recursos naturais e humanos, demonstrando o grau de responsabilidade social da entidade.

### XVI – NBC T 16 – ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS DA GESTÃO GOVERNAMENTAL

Esta norma estabelece procedimentos de registro e elaboração de demonstrações contábeis aplicáveis à gestão governamental.

### XVII – NBC T 17 – PARTES RELACIONADAS

Esta norma estabelece os conceitos, os objetivos, a identificação e o tratamento das operações entre partes relacionadas nas entidades.

### XVIII – NBC T 19 – ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS

Esta norma estabelece os critérios e os procedimentos específicos não–contemplados em outras Normas Técnicas.

### XIX – NBC T 20 – CONTABILIDADE DE CUSTOS

Esta norma estabelece os critérios e os procedimentos para cálculo, apuração e registro dos custos.

**Art. 10** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 1993.

**Contador** Ivan Carlos Gatti  
Presidente

Redação dada pela Resolução CFC nº 980, de 24 de outubro de 2003.

Ata CFC nº 849  
Procs. CFC nº 40/03 e 42/03

### Anexo 3 - NBC T 15

## NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - NBC T 15 - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

### 15.1 - CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1- Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 -Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 - A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

### 15.2 - INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

#### 15.2.1 - Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 - A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

#### 15.2.2 - Recursos Humanos

15.2.2.1 - Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 -Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 - Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 - Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;
- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:  
menores de 18 anos  
de 18 a 35 anos  
de 36 a 60 anos  
acima de 60 anos
- i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:  
analfabetos  
com ensino fundamental  
com ensino médio  
com ensino técnico  
com ensino superior  
pós-graduados
- j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 - Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 - Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 - Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 - Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 - Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;



- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 - Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

#### 15.2.4 - Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 - Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

#### 15.3 - DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 - Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 - As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 - A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO  
Presidente do Conselho

#### *Anexo 4 - NBC T 3.7*

### **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado**

#### **3.7.1. CONCEITUAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.7.1.1. Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações econômicas e financeiras, relacionadas ao valor adicionado pela entidade e sua distribuição.

3.7.1.2. Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma concisa, os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.

3.7.1.3. As informações devem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência.

3.7.1.4. Caso a entidade elabore Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor Adicionado individuais.

#### **3.7.2. ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

3.7.2.1. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser apresentada de forma comparativa mediante a divulgação simultânea de informações do período atual e do anterior.

3.7.2.2. A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às Demonstrações Contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

3.7.2.3. A Demonstração do Valor Adicionado deve evidenciar os componentes abaixo:

- a) a receita bruta e as outras receitas;
- b) os insumos adquiridos de terceiros;
- c) os valores retidos pela entidade;
- d) os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades;
- e) valor total adicionado a distribuir; e
- f) distribuição do valor adicionado.

3.7.2.4. No grupo de receita bruta e outras receitas, devem ser apresentados:

- a) as vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas, ou seja, o valor correspondente à receita bruta, deduzidas as devoluções, os abatimentos incondicionais e os cancelamentos;
- b) as outras receitas decorrentes das atividades afins não-constantas da letra "a" deste item, acima, ou não constantes do item 3.7.2.8, a seguir;
- c) os valores relativos à constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos;
- d) os resultados não-decorrentes das atividades-fim, como: ganhos ou perdas na baixa de imobilizado, investimentos, etc., exceto os decorrentes do item 3.7.2.8 a seguir.

3.7.2.5. No grupo de insumos adquiridos de terceiros, devem ser apresentados:

- a) materiais consumidos incluídos no custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos;
- b) demais custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, exceto gastos com pessoal próprio e depreciações, amortizações e exaustões;
- c) despesas operacionais incorridas com terceiros, tais como: materiais de consumo, telefone, água, serviços de terceiros, energia;
- d) valores relativos a perdas de ativos, como perdas na realização de estoques ou investimentos, etc.

3.7.2.6. Nos valores constantes dos itens "a", "b" e "c" acima, devem ser considerados todos os tributos incluídos na aquisição, recuperáveis ou não.

3.7.2.7. Os valores retidos pela entidade são representados pela depreciação, amortização e exaustão registrados no período.

3.7.2.8. Os valores adicionados recebidos (dados) em transferência a outras entidades correspondem:

- a) ao resultado positivo ou negativo de equivalência patrimonial;
- b) aos valores registrados como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo;
- c) aos valores registrados como receitas financeiras relativos a quaisquer operações com instituições financeiras, entidades do grupo ou terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.4; e
- d) aos valores registrados como receitas de aluguéis ou royalties, quando se tratar de entidade que não tenha como objeto essa atividade.

3.7.2.9. No componente relativo à distribuição do valor adicionado, devem constar:

- a) colaboradores - devem ser incluídos salários, férias, 13º salário, FGTS, seguro de acidentes de trabalho, assistência médica, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou ao serviço vendido ou ao resultado do período, exceto os encargos com o INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados. Fazem parte desse conjunto, também, os valores representativos de comissões, gratificações, participações, planos privados de aposentadoria e pensão, seguro de vida e acidentes pessoais.
- b) governo - devem ser incluídos impostos, taxas e contribuições, inclusive as contribuições devidas ao INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAT, SENAC e outros assemelhados, imposto de renda, contribuição social, ISS, CPMF, todos os demais tributos, taxas e contribuições. Os valores relativos a ICMS, IPI, PIS, Cofins e outros assemelhados devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item "Insumos adquiridos de terceiros". Como os tributos são, normalmente, contabilizados no resultado como se devidos fossem, e os incentivos fiscais, quando reconhecidos em conta de reserva no patrimônio líquido, os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados na Demonstração do Valor Adicionado como item redutor do grupo de tributos.
- c) agentes financiadores - devem ser consideradas, neste componente, as despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, entidades do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo os custos e despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros, exceto para entidades financeiras que devem classificá-las conforme descrito no item 3.7.2.5;
- d) acionistas - incluem os valores pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ou dividendos. Os juros sobre o capital próprio apropriados ou transferidos para contas de reservas no patrimônio líquido devem constar do item "Lucros retidos".
- e) participação dos minoritários nos "Lucros retidos" - deve ser incluído neste componente, aplicável às Demonstrações Contábeis Consolidadas, o valor da participação minoritária apurada no resultado do exercício, antes do resultado consolidado.
- f) retenção de lucro - deve ser indicado neste componente o lucro do período destinado às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

### 3.7.3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.7.3.1. Além das informações contidas nos itens 3.7.2.4 a 3.7.2.9, a entidade deve acrescentar ou detalhar outras linhas na Demonstração do Valor Adicionado quando o montante e a natureza de um item ou o somatório de itens similares forem de tal magnitude que a apresentação em separado ajuda na apresentação mais adequada da Demonstração do Valor Adicionado.

3.7.3.2. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade.

3.7.3.3. A Demonstração do Valor Adicionado deve conter representação percentual participativa.

3.7.3.4. As informações contábeis contidas na Demonstração do Valor Adicionado são de responsabilidade técnica de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.7.3.5. A Demonstração do Valor Adicionado deve ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis.

3.7.3.6. Segue modelo exemplificativo da Demonstração do Valor Adicionado.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO, EM MILHARES DE REAIS**

20X1 % 20X0 %

**1-RECEITAS**

1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços xxx xxx

1.2. Provisão para devedores duvidosos xxx xxx

1.3. Resultados não-operacionais xxx xxx

**2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**

2.1. Materiais consumidos (xxx) (xxx)

2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos (xxx) (xxx)

2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais (xxx) (xxx)

2.4. Perda na realização de ativos (xxx) (xxx)

**3 - RETENÇÕES**

3.1. Depreciação, amortização e exaustão (xxx) (xxx)

**4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE xxx xxx**

**5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**

5.1. Resultado de equivalência patrimonial e dividendos de investimento avaliado ao custo  
xxx xxx

5.2. Receitas financeiras xxx xxx

5.3. Aluguéis e royalties xxx xxx

**6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR xxx 100% xxx 100%**

**7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

7.1. Empregados

Salários e encargos xxx Y% xxx Y%

Comissões sobre vendas xxx Y% xxx Y%

Honorários da diretoria xxx Y% xxx Y%

Participação dos empregados nos lucros xxx Y% xxx Y%

Planos de aposentadoria e pensão xxx Y% xxx Y%

7.2. Tributos

Federais xxx Y% xxx Y%

Estaduais xxx Y% xxx Y%

Municipais xxx Y% xxx Y%

Menos: incentivos fiscais (xxx) Y% (xxx) Y%

7.3. Financiadores

Juros xxx Y% xxx Y%

Aluguéis xxx Y% xxx Y%

7.4. Juros sobre capital próprio e dividendos xxx Y% xxx Y%

7.5. Lucros retidos/prejuízo do exercício xxx Y% xxx Y%